



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS SOBRE MULHERES,**  
**GÊNERO E FEMINISMO**

AMANDA ALVES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA**  
**VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA AS MULHERES: Um estudo**  
nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia

**SALVADOR – BA**

**2016**

AMANDA ALVES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA  
VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA AS MULHERES: Um estudo  
nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestra.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Santana Tavares

**SALVADOR – BA**

**2016**

---

S586 Silva, Amanda Alves da  
A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: um estudo nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia / Amanda Alves da Silva. – 2016.  
107 f.: il.

Orientadora: Profª Drª Márcia Santana Tavares  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Violência contra as mulheres - Brasil. 2. Violência conjugal – Cachoeira (BA). 3. Violência conjugal – São Félix (BA). 5. Gênero. 6. Redes sociais. I. Tavares, Márcia Santana. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: **305.420981**

---

AMANDA ALVES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA  
CONJUGAL CONTRA AS MULHERES: Um estudo nas cidades de Cachoeira  
e São Félix – Bahia**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Área de concentração: Mulheres, Gênero e Feminismo. Linha de pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Márcia Santana Tavares (orientadora)  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Professora da Universidade Federal da Bahia

---

Ângela Lucia Silva Figueiredo  
Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

---

Cecília Maria Bacellar Sardenberg  
Doutora em Antropologia Social pela Boston University (Estados Unidos)  
Professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA

## AGRADECIMENTOS

Ao longo desses dois anos de curso algumas pessoas foram importantes no meu crescimento pessoal e profissional, sem elas não teria conseguido conquistar o meu objetivo maior que era produzir esse trabalho. Só tenho a agradecer a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha rede social pessoal. Destaco algumas pessoas que se fizeram presentes neste momento,

Primeiramente, às duas mulheres da minha vida que me criaram e são a base da minha sustentação, a quem eu devo tudo e um pouco mais, minha mãe, Ivana Maria Alves da Silva, e minha avó, Maria Edelzuita Alves, minha eterna gratidão.

Ao meu companheiro de longos anos, Thiago Melo de Souza, por estar sempre ao meu lado me apoiando sempre, sendo amigo, parceiro, companheiro e principalmente paciente.

À minha amiga e irmã, Edjanara Mascarenhas por todo apoio conferido a mim, por ter me oferecido sua casa para que eu pudesse realizar a pesquisa, e às longas risadas em todos os momentos.

A Tainara Souza pela atenção e ajuda durante a pesquisa de campo, sua contribuição foi muito importante para a realização desse trabalho, muito obrigada!

Às amigas e amigos Thaís Machado, Cintia Tâmara, Wellington Pereira, Gimerson Roque, Rafael Casais, Larisse Brito pelos longos debates e conselhos.

À Cris pela preocupação e generosidade conferida a mim e seus potinhos de feijão.

Às amigas e colegas de turma Ermildes Lima, Jordânia Medeiros, Paula Gonzaga, Tatiane Oliveira, Chirlene Pereira, Leandro Brito, Firmiane Venâncio, Erica Lordero, Léa Santana, Sabrina Guerra, Eliana Teixeira, Sônia Brito, Monise Siqueira, Luísa Vilharque, Nzinga Mbandi, Damiana dos Santos, Francisco Andrade, Dafne Campos, com quem muito aprendi durante esses dois anos com quem compartilhei as dores e alegrias de fazer uma Pós-graduação.

À Profa. Dra. Ângela Figueiredo pelo incentivo e apoio durante a seleção de mestrado do PPGNEIM e pela atenção dada a mim durante a elaboração da dissertação, muito obrigada.

A toda a equipe do NEIM, a Rita Lessa, Kelly Rangel, Aline, Cleiton, onde fui bem acolhida. A Profa. Dra. Márcia dos Santos Macêdo, pelos conselhos e ajuda sempre que precisei, e a todas as professoras e professores do NEIM com quem muito aprendi.

À minha orientadora Márcia Santana Tavares, pela paciência, pelas dicas e conselhos, e principalmente por sempre acreditar em mim.

E a todas as mulheres que me ajudaram durante a realização desta pesquisa, e aquelas que disponibilizaram um instante de seus dias e se dispuseram a falar de um momento tão difícil em suas vidas. Muito Obrigada!

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que em algum momento de suas vidas foram discriminadas e violentadas devido ao seu gênero, à sua raça ou à sua religião.

“Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas” (Audre Lorde)

## RESUMO

O alto número de denúncias envolvendo violência contra as mulheres, e em específico a violência conjugal, nos faz refletir sobre as possibilidades para reverter tal situação. A Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada no ano de 2006 no Brasil, caracterizou como crime a violência doméstica contra as mulheres, atribuindo penas aos agressores e criando sistemas de proteção para as mulheres. As Delegacias Especializadas ao Atendimento as Mulheres (DEAMs) tornaram-se um meio para que as mulheres denunciem seus agressores e recebessem a proteção e o acompanhamento necessário. Contudo, são poucas as cidades brasileiras que possuem DEAMs, e/ou os demais equipamentos para o atendimento especializado às mulheres em situação de violência. Nesta perspectiva e, mediante uma epistemologia feminista, direcionei meu olhar para as relações sociais criadas por mulheres moradoras de duas cidades interioranas, Cachoeira e São Félix, na Bahia, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, procurei reconstituir uma rede de pessoas/agentes, isto é, as redes sociais pessoais de apoio em seu enfrentamento à violência doméstica e conjugal. No presente trabalho ocupei-me em refletir de que maneira a presença das redes sociais no contexto da violência conjugal pode contribuir para o enfrentamento da mesma, através de quatro depoimentos de mulheres residentes nas referidas cidades, sendo duas de Cachoeira e duas de São Félix. Essas redes são compostas por familiares, vizinhos, amigos, grupos de ajuda e instituições, a exemplo das igrejas que, como pude constatar, podem ser determinantes para a permanência ou saída das mulheres do relacionamento violento, pois atuam através de um conjunto de ações que garantem o apoio psicológico, moral e material a quem necessita de ajuda.

**Palavras chave:** Violência conjugal; Redes sociais; Mulheres.



## ABSTRACT

The high number of complaints involving violence against women, and in particular domestic violence, makes us reflect on the possibilities to reverse this situation. The law 11.340, known as Maria da Penha Law, enacted in 2006 in Brazil, characterized as a crime of domestic violence against women, assigning penalties for offenders and creating protection systems for women. The Specialized Police Service to Women (DEAMs) became a means for women to denounce their abusers and receive the protection and the necessary monitoring. However, few Brazilian cities have DEAMs, and / or other equipment for specialized care to women in situations of violence. To this end, by a feminist epistemology, I directed my gaze to the social relations created by women living in two inner cities, Cachoeira and São Félix, Bahia, through the application of semi-structured interviews, I sought to reconstitute a network of persons / agents, that is, personal social networks of support in their confrontation with domestic and conjugal violence. In the present work, I took the opportunity to reflect on how the presence of social networks in the context of conjugal violence can contribute to the confrontation of the same through four testimonies of women living in these cities, two of Cachoeira and two of São Félix. These networks are composed of family members, neighbors, friends, support groups and institutions, such as churches which, as I noted, can be decisive for or departure of women in violent relationships because they act through a set of actions that ensure the psychological, moral and material to those who need help.

**Keywords:** Marital violence; Social networks; Women.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 01</b>	Perfil das mulheres entrevistadas .....	67
<b>Diagrama 01</b>	Rede Social Pessoal de Dona Rosa .....	94
<b>Diagrama 02</b>	Rede Social Pessoal de Dona Joana .....	94
<b>Diagrama 03</b>	Rede Social Pessoal de Catarina .....	95
<b>Diagrama 04</b>	Rede Social Pessoal de Dona Rita .....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
JECRIM	Juizados Especiais Criminais
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>I – SITUANDO A PESQUISA, POSICIONANDO O OLHAR</b> .....	20
1.1 – A entrada no campo .....	28
1.2 – As dificuldades do campo .....	33
<b>II – APORTES TEÓRICOS PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES</b> .....	36
2.1 – A Construção do Conceito de Gênero .....	39
2.2 – Novas Vozes no Movimento Feminista .....	43
2.3 – Os estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil .....	50
<b>III – ENTRE REDES</b> .....	59
3.1 – Conhecendo Dona Rosa .....	59
3.2 – Conhecendo Dona Joana .....	60
3.3 – Conhecendo Catarina .....	61
3.4 – Conhecendo Dona Rita .....	62
3.5 – Conhecendo os Problemas .....	65
3.6 – A Procura de Apoio .....	73
3.7 – Mapeando as Redes Sociais Pessoais de Apoio .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

Uma das coisas que aprendi com a epistemologia feminista foi a emitir minha voz enquanto sujeito, pesquisadora e, exercitar a liberdade de escrever em primeira pessoa, posicionando aos leitores(as) meu lugar de fala. Portanto, antes de começar a presente dissertação, retrocedo no tempo em mais ou menos sete anos, no ano de 2009, quando entrei para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, instituição ainda recente, no curso de Ciências Sociais. Para poder dar seguimento ao curso e me dedicar integralmente aos estudos me mudei para a cidade de Cachoeira, onde residi nos anos seguintes. Assim como qualquer outro estudante que vem de outra cidade como eu e, ingressa na UFRB, Cachoeira fascina à primeira vista e, aos poucos, o sentimento de pertença à localidade vai crescendo em cada um de nós.

Durante o período de quatro anos me formei não só como cientista social, mas também me reconheci enquanto mulher e feminista. As questões de gênero até então apresentadas a mim por meio de disciplinas optativas e por um grupo de estudos sobre gênero, raça e subalternidades, o qual comecei a frequentar na metade do curso, foram essenciais para o despertar do meu interesse sobre a temática. Ao mesmo tempo participava da formação de um grupo feminista de estudantes do Centro de Artes, Humanidade e Letras (CAHL), onde fazíamos algumas reuniões e intervenções para tratar de temas como a violência contra as estudantes na Universidade, direitos iguais e, o frequente machismo nas salas de aula e nas ruas.

O meu reconhecimento enquanto feminista me propiciou aos poucos a desconstrução de um olhar domesticado sobre as relações de gênero, e me fizeram perceber a não discussão da temática em disciplinas ofertadas no Centro e nos eventos acadêmicos ao qual participava. O véu obscuro do patriarcado aos poucos foi sendo descerrado e, mais e mais vezes, fui vislumbrando a violência simbólica cotidiana imposta às mulheres. De acordo com Pierre Bourdieu (1999), esse tipo de violência se dá através da incorporação e a reprodução do discurso do dominador (no caso os homens) pelo dominado (mulheres), fazendo com que o discurso dominante seja visto como natural. Por

exemplo, é “natural” que mulheres sejam boas donas de casa e boas mães, pois elas não têm capacidade intelectual e emocional para trabalhar em um espaço público; é natural que meninas sejam boas em disciplinas de humanas, “mais fáceis” do que exatas, que exigem um “maior raciocínio”.

Então, como assistir partes de um filme durante dias, repassei todas as situações em que fui violentada por ser mulher, todas as vezes em que me foram negados direitos e foram impostos deveres que não eram meus. Infelizmente, descobri que a violência era e é tão comum quanto eu imaginara. Percebi quantas mulheres ao meu redor tinham passado por situações de violência durante suas vidas, seja violência física, assédio sexual ou moral. Nesta perspectiva, voltei meu olhar para aquelas mulheres que, além de passarem por toda discriminação e sofrer com as desigualdades de gênero, também passam por situações de violência dentro de suas casas, acometidas por pessoas que escolheram para ser seus companheiros.

A construção do meu objeto de pesquisa na graduação, ou melhor do meu sujeito de pesquisa, foi influenciada por emoções e engajamento político. Como afirma Alison Jaggar (1997) “as emoções feministas proporcionam uma motivação política à investigação e ajudam, assim a determinar a solução de problemas e o método pelo qual são investigadas” (p.175). Deste modo, contrapondo a ideia da ciência moderna de que o/a pesquisador(a) tem que se manter neutro e objetivo em sua pesquisa, a ciência feminista trabalha na perspectiva de situar o/a pesquisador(a), pressupondo que toda escolha por um objeto/sujeito tem uma razão, permitindo que ciência e política (aqui referindo-me ao movimento feminista) caminhem juntas e se completem.

A pequena cidade de Cachoeira é ligada a outra cidade, tão pequena quanto, chamada São Félix, por uma ponte de ferro da época do Brasil Império, que corta o rio Paraguaçu e divide as cidades. Por serem tão próximas, o trânsito de pessoas moradoras dessas cidades é constante, em questão de poucos minutos pode-se atravessar a ponte e já estar do outro lado. Em virtude dessa proximidade, morei também em São Félix durante minha graduação, tendo que ir e vir de uma cidade para outra quase que todos os dias. Meu olhar e ouvidos, que foram se tornando aguçados em relação às questões de gênero e violência, me fizeram atentar para os “burburinhos e cochichos” que ocorriam entre as

pessoas na rua, nas pracinhas, nas filas de supermercado e da padaria. Como uma antena de rádio, buscava captar o máximo de informações possíveis. Eram casos de vizinhas, familiares ou até mesmo relatos pessoais. Ao mesmo tempo, mulheres que faziam parte de meu círculo social tinham de alguma forma sofrido violência praticada pelo companheiro ou ex-companheiro. Na ocasião, questionei-me: Por que tantas mulheres passam por situações de violência?

Com o objetivo de conhecer a história dessas mulheres, a pesquisa realizada na graduação, intitulada “Perigos Internos: Mulheres X Violência Conjugal?”, teve como objetivo analisar como estas mulheres construíam a narrativa do acontecido, buscando compreender porquê mulheres diferenciadas passavam por situações violentas parecidas e se havia algo em comum entre elas. A pesquisa contou com seis entrevistas de mulheres moradoras das cidades de Cachoeira, São Félix e Feira de Santana, pois eram cidades nas quais eu estava em trânsito frequente. Optei por não utilizar como vias para chegar até as mulheres os ambientes institucionais, mas por acessar as pessoas próximas a mim e perguntá-las se conheciam alguma mulher que pudesse me conceder entrevista.

No decorrer da pesquisa e da análise das entrevistas percebi que em suas narrativas apareciam diversas vezes que as ações de determinadas pessoas – compreendidas em parentes, amigas, colegas – foram importantes no momento de violência, seja de forma positiva, seja de forma negativa. O modo como as relações sociais se faziam presentes no momento em que as mulheres passaram por uma situação de violência, me fez compreender que o problema não ocorria somente entre o casal, mas, as outras pessoas que são externas à relação também influenciavam na tomada da decisão de saírem ou não da situação de violência. Foi evidenciada, assim, a presença de redes sociais de apoio que foram acionadas pelas mulheres.

Um dos primeiros autores a utilizar o conceito de redes sociais foi o antropólogo Radcliffe-Brown, no início do século XX, ao colocar a estrutura social como principal objeto de investigação da antropologia social. Para o autor, a observação direta de indivíduos em sociedade não revelaria ao pesquisador “a complexa rede de relações sociais” na qual estes estão inseridos, apontando a necessidade para o estudo das estruturas sociais. A terminologia estrutura

social, segundo o autor, deve ser utilizada para designar a rede de relações sociais, onde todas as relações entre pessoas fazem parte desta estrutura. De acordo com Carlos Alberto da Silva, Joaquim Fialho e José Saragoça (2013, p.94), a rede social utilizada por Radcliffe-Brown “é entendida como uma rede na qual todos os membros da sociedade ou parte dela se encontram envolvidos”

Após os estudos de Radcliffe-Brown, outros autores, como por exemplo, J. Barnes, em 1954, na apresentação de uma comunicação intitulada “*Class and Committees in a Norwegian Inland Parish*”, na qual traz a rede social (networks) “para descrever como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos usavam relações pessoais de parentesco e amizade em Bremnes, uma comunidade da Noruega” (BARNES, 2013, p.173). Todavia, Barnes reconhece que o termo pode ser empregado em outras análises e contextos, tomando como exemplo ilustrativo outros trabalhos desenvolvidos. Outra utilização do termo parte da psicóloga Elizabeth Bott em 1955, com seu livro “*Família e Rede Social*”, em que relaciona a segregação de papéis na relação conjugal com as redes sociais dos casais, atribuindo características e classificações às redes, isto é, redes de malha estreita e redes de malha frouxa. De acordo com Silva, Fialho e Saragoça (2013, p.94), Bott “foi uma das primeiras antropólogas a utilizar o conceito de rede como uma ferramenta para a análise de relacionamentos entre pessoas e os seus elos pessoais [...]”.

Segundo Barnes (2013), tantos outros(as) autores(as) também utilizaram o conceito de redes, cada um à sua maneira e dando diferentes significados, talvez seja por essa razão que não há um consenso sobre a definição do termo. Além do mais, os estudos das redes sociais não se restringiram apenas à antropologia social, atingindo outros campos de conhecimento como a psicologia, a psiquiatria, a economia etc.

Entenderemos neste trabalho as redes sociais como um conjunto de relações sociais que mantemos durante nossas vidas, podendo ser constituídas por sujeitos como familiares, parentes, vizinhos, amigos, colegas, conhecidos e instituições como escola, serviços de saúde, ONGs. Para Maria de Lourdes Dutra e seus colaboradores (2013), os principais aspectos estudados na rede social são os seguintes: “seu número e suas características, a frequência com que mantém contato e o tipo de contato estabelecido, assim como os fluxos que



movimentam a rede, o objetivo que os determina [...]” (p.1294). Assim, conforme as autoras mencionadas, para analisar as redes torna-se necessário compreender como se dá a sua dinâmica e qual a natureza do vínculo de seus/suas atores/atrizes.

A importância das redes foi reconhecida pelo Estado brasileiro com a criação da Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como objetivo coibir e prevenir a violência contra as mulheres no país, e propõe a criação de redes institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres. A partir dessa lei, o Estado brasileiro conceitua a violência doméstica como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL,2006). Tipifica, assim, as formas de violência como: violência física, aquela que afeta a saúde física da mulher; violência psicológica, quando afeta o estado emocional e psicológico da pessoa, causando baixa autoestima, depressão, etc., através de ameaças, humilhação, constrangimento; violência sexual, através de ações que forcem a mulher a participar, presenciar ou manter relações sexuais, impeçam-na de usar meios anticoncepcionais, ou que limitem seus direitos sexuais e reprodutivos; violência patrimonial, quando há destruição e/ou subtração dos bens da mulher; e violência moral, quando há calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é constituída por organismos governamentais e não governamentais que atuam em conjunto com a comunidade para a construção de medidas de prevenção à violência e o empoderamento das mulheres, prestando-lhes assistência e garantindo o cumprimento dos seus direitos, assim como a responsabilização de seus agressores. Compõem essa rede agentes governamentais e não governamentais que formulam, fiscalizam e executam as políticas voltadas para as mulheres em situação de violência – movimento de mulheres e feministas, ONGs, conselhos, núcleos de enfrentamento –, serviços que trabalham com a responsabilização e educação dos agressores; centros de referência de atendimento às mulheres (CRAMS), núcleos de atendimento às mulheres, instituições de ensino superior; órgãos federais, estaduais e municipais

responsáveis pela garantia dos direitos à educação, trabalho, habitação, segurança e cultura (BRASIL, 2011b)

A rede de enfrentamento é composta pela rede de atendimento, mas, enquanto a primeira, que é mais ampla e, abarca o combate, a prevenção, a assistência e a garantia de direitos das mulheres, a segunda se limita ao atendimento e à assistência das mulheres em situação de violência e, envolve somente serviços de atendimento às mulheres, podendo ser especializados: CRAMs, Núcleo de Atendimento as Mulheres (NAM), Casas Abrigos, DEAMs, Promotorias Especializadas, Núcleos da Mulher nas Defensorias, Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, entre outros; e não especializados: Hospitais, Postos de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Delegacias comuns entre outros (BRASIL,2011b). Desta forma, a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integridade e humanização do atendimento (BRASIL, 2011b, p. 8)

Vale ressaltar que a criação das redes é de suma importância para o enfrentamento da violência contra as mulheres, pois através da intersectorialidade e da transversalidade de gênero, permite que vários serviços e instituições estatais, municipais e federais voltem as atenções para o enfrentamento e a resolução do problema, assistindo e assegurando os direitos das mulheres. Entretanto, apesar de estar prevista por lei, nem todas as cidades brasileiras possuem redes de enfrentamento e atendimento às mulheres, e nem serviços de atendimento especializado para casos de violência do tipo, impossibilitando assim a total efetividade da Lei 11.340 e o cumprimento dos direitos às mulheres em situação de violência.

Nesse sentido, volto a atenção neste trabalho para as cidades que possuem redes de enfrentamento e atendimento deficitárias, especialmente aquelas que não têm DEAM e serviços especializados, o que dificulta a denúncia e a assistência das mulheres em situação de violência. A partir do questionamento: “A quem essas mulheres recorrem quando são agredidas?”,

destaca-se a existência de uma outra rede social, a rede social primária, que não é institucionalizada, e abarca todos os vínculos afetivos que construímos desde a mais tenra idade. Nesta perspectiva, qual a importância de tais redes primárias no momento de situação de violência vivido pelas mulheres em um local que as redes institucionais, ou secundárias, são deficitárias?

A presente dissertação tem como objetivo principal compreender de que modo as redes sociais de apoio são acionadas nas situações de violência conjugal, buscando identificar como as intersecções entre categorias como gênero, raça, classe, escolaridade e renda influenciam na construção dessas redes; evidenciar as redes existentes no contexto da violência conjugal contra as mulheres e discutir sobre como as mulheres das camadas populares fazem uso das redes sociais para o enfrentamento da violência doméstica. Para tanto, foram entrevistadas quatro mulheres, moradoras das cidades de Cachoeira e São Félix localizadas no Recôncavo da Bahia.

A dissertação está dividida em três capítulos mais as considerações finais. O primeiro capítulo encarrega-se de trazer uma breve explanação sobre o contexto histórico das duas cidades; a minha entrada no campo e a busca por mulheres que passaram por situações de violência; bem como, aponto as dificuldades encontradas durante a pesquisa que culminaram em um número reduzido de entrevistadas, ao mesmo tempo em que faço algumas reflexões sobre a epistemologia feminista e os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa empírica.

O segundo capítulo traz um debate teórico sobre o surgimento dos estudos de gênero e a importância dos movimentos feministas para o debate da violência contra as mulheres, assim como a importância da Lei Maria da Penha para o combate e enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres e a criação de redes de enfrentamento da violência com a participação de serviços especializados no atendimento à mulher, também previstos em lei.

O terceiro e último capítulo é composto pela apresentação das quatro mulheres entrevistadas e da violência vivenciada por elas. Posteriormente, analiso a constituição das redes sociais de apoio de cada uma das mulheres, de modo a compreender a importância dessas relações no momento da violência

conjugal. Finalmente, nas considerações finais destaco a importância das redes sociais de apoio para o enfrentamento da violência conjugal pelas mulheres.

## CAPÍTULO I

### SITUANDO A PESQUISA, POSICIONANDO O OLHAR

Eram seis da manhã de segunda-feira, a última do mês de fevereiro, acordara cedo no intuito de viajar até Cachoeira a fim de fazer uma entrevista. Como todas as pessoas que moram em Salvador a algum tempo, sabia que tinha que sair de casa o mais cedo possível para não pegar engarrafamento até a rodoviária, e não enfrentar o sol ardente das manhãs da cidade, que ao refletir no chão de asfalto causa uma sensação desagradável de calor.

Cheguei na estação rodoviária às sete e meia, já havia muita gente no local, na verdade nunca vi aquele lugar vazio. Sabia que os ônibus com destino a Cachoeira e São Félix saíam de uma em uma hora, em uma determinada empresa, corri para chegar logo no balcão e garantir o próximo ônibus programado para sair. No mais, não há dificuldades para quem quer se deslocar para as cidades do Recôncavo, a todo momento tem ônibus saindo e chegando, e um fluxo intenso de pessoas, sem contar que em determinadas datas festivas, como o São João, por exemplo, as empresas chegam a dobrar suas frotas no intuito de atender à população metropolitana que sai da “cidade grande” para “o interior”.

Por sorte, o próximo ônibus estava marcado para sete e cinquenta da manhã, não ia demorar muito. Quando este chegou na área de embarque uma longa fila se formou. À minha frente tinham algumas mulheres idosas e homens idosos, mulheres com crianças. Eles carregavam de tudo, desde grandes malas de viagem até gaiolas para passarinho vazias. Em sua grande maioria eram pessoas negras. Como era uma linha que aqui chamamos de “comercial”, pois para durante todo o percurso para pegar passageiros em qualquer lugar, com parada obrigatória na rodoviária de Santo Amaro, Cachoeira e, por fim, São Félix, a viagem se torna mais longa em comparação com uma viagem com veículo próprio, durando em torno de duas horas e meia.

Sentei em uma das primeiras poltronas logo à frente, e percebi, como na maioria das vezes, que ao meu redor só havia mulheres, com exceção das duas cadeiras à minha frente onde se encontravam dois senhores. O sol da manhã que entrava pela janela e batia no meu rosto anunciava mais um dia de calor. Como já imaginara, sair de Salvador é sempre um transtorno, a BR-324 fica congestionada com a quantidade de carros que vem e vão toda manhã, pessoas que vivem nas cidades da região metropolitana e trabalham na capital e vice-versa, fazem o mesmo percurso todos os dias, além do mais, as constantes obras na rodovia deixam o ritmo mais lento. O motorista demorou em torno de trinta minutos pra sair da região metropolitana, contudo, ele não parecia nada preocupado, conversava sorridente com o cobrador do ônibus, o que não é muito comum de se ver na capital, as pessoas sempre estão apressadas para fazer alguma coisa, ele foi assim durante toda a longa viagem.

A saída para a estrada de Santo Amaro denunciava que já estávamos na metade do caminho e já se passara uma hora e meia de viagem. Esta é a melhor parte do trajeto, finalmente me sinto no Recôncavo, logo a paisagem da estrada se modifica, revelando alguns pedaços da mata atlântica que ainda estão preservados na região. O clima mais úmido também é perceptível. A depender do dia e da atenção de quem viaja, pode-se ouvir o barulho de pequenos riachos dentro da mata, assim como algumas fontes feitas com canos plásticos às margens da estrada.

Ao chegar próximo ao centro da cidade de Santo Amaro, começam a aparecer pequenas barraquinhas com frutas e raízes à venda, todas sistematicamente empilhadas em forma de pirâmides. O colorido dos produtos chama a atenção de quem passa pelo local, são bananas, seriguelas, umbu, batata doce, inhame, aipim, sem contar as cordas de caranguejos ainda sujos de lama, dependurados no teto da barraca, esperando que alguém os leve. Na maioria das vezes, atrás destas barracas estão as casas dos comerciantes, algumas são pequenas roças com árvores frutíferas e plantações de raízes.

“Pare e escute”, é o que diz a placa de sinalização de trânsito, estávamos passando por cima da linha do trem no início da cidade. Não demora muito chegarmos ao centro. Diferentemente do ritmo frenético da cidade de Salvador, Santo Amaro transpõe tranquilidade, as pessoas conversam nas pracinhas,

enquanto outras fazem compras nas barracas de roupas instaladas nas calçadas da rua. O rio Subaé, que corta a cidade e desagua na Baía de Todos os Santos, agoniza em silêncio, sem que o lamento do poeta pela sua despoluição tenha sido atendido.

Continuamos nosso trajeto depois de uma breve parada na rodoviária da cidade, metade das pessoas que saíram de Salvador descem e outras tantas entram no ônibus. Um dos funcionários da empresa que se encontrava na rodoviária informou ao motorista que estava acontecendo um protesto entre Santo Amaro e Cachoeira e, por isso, o trânsito estaria lento. O motorista, então, conversando com o cobrador, seu companheiro de viagem, decide ir por outro trajeto, diferente daquele feito em todas as viagens. “Vamos por Pedras!”, disse o cobrador, Pedras?

O motorista não conhecia muito bem o caminho para o Arraial das Pedras. As mulheres que estavam sentadas à frente comigo logo se manifestaram dando palpites sobre o trajeto a ser seguido, pareciam conhecer bem a região. A estrada era mais demorada devido às más condições em que se encontrava, sinal que eu ia chegar atrasada em Cachoeira para a entrevista, respirei fundo, mas como nada podia fazer, só me restava aproveitar a paisagem do novo caminho. Enquanto isso, o motorista chamava desesperadamente o cobrador, que insistia em pegar o dinheiro da passagem com as pessoas que tinham entrado no ônibus, conversando sorridentemente com os passageiros. “Vem cá rapaz!”, gritava o motorista, ele tinha se perdido em Santo Amaro. Pode alguém se perder em Santo Amaro? As pessoas do lado de fora olhavam sem muito entender o que estava acontecendo para aquele ônibus mudar o trajeto, não era comum. Depois de quinze minutos procurando a entrada para o Arraial das Pedras e muitos palpites, chegamos à estrada.

Entramos em uma estrada de terra batida, um pouco estreita e cheia de buracos, entretanto, a paisagem compensaria os minutos a mais e os momentos de tensão quando o ônibus passou perto de desfiladeiros. Eram enormes terras, grandes árvores e coqueiros enfeitavam a mata que se estendia a perder de vista. O clima úmido e o cheiro de terra despertavam a vontade de não mais sair daquele lugar. Havia pequenas estradas de terra, menores do que aquela na qual transitávamos, que desapareciam dentro da mata. Entre descidas e

subidas, surgiam construções de pequenas casas, umas distantes das outras, cercadas por árvores. A tranquilidade reinava naquele lugar. Depois de algum tempo retornamos a estrada que levaria a Cachoeira. A paisagem continua a mesma, entretanto, agora pode-se ver postos de gasolina, postos de saúde, escolas municipais, algumas pracinhas e muitos sítios, com um olhar atento pode-se ver ao longe o rio Paraguaçu e, em alguns lugares, à beira da estrada, há extensas plantações de cana-de-açúcar.

Como a entrevista marcada iria ser realizada em São Félix, desta vez não iria descer em Cachoeira como de costume, iria aproveitar e percorrer a ponte dentro do ônibus. Assim, antes que o ônibus atravessasse a ponte, liguei para dona Rosa para avisar que tinha acabado de chegar na cidade. Antes que eu pudesse dizer onde estava, ela disse: “Oh minha fia, não pude ir hoje em São Félix, não me senti muito bem hoje pela manhã. Podemos marcar para amanhã?” Esta foi uma frase que ouvi das informantes ao longo da pesquisa empírica, entre as muitas idas e vindas Salvador-São Félix/Cachoeira-Salvador.

Aceitei esperar Dona Rosa até o dia seguinte. Combinamos que assim que ela terminasse seu compromisso íamos nos encontrar na pracinha de São Félix, ao lado da ponte e em frente à Rodoviária da cidade. Ela me ligou no horário de almoço dizendo que estava disponível para conversar comigo, mas devido ao horário ela ia almoçar e depois me retornava. Não demorou muito. Na estação do verão, as cidades de Cachoeira e São Félix parecem verdadeiros caldeirões fervilhando, o tempo abafado e o sol quente do horário me fizeram optar por pegar um “mototáxi”, transporte comum nas cidades, já que eu estava em Cachoeira. Atravessar o rio Paraguaçu e vislumbrar a bela paisagem das cidades nos faz esquecer qualquer sensação de calor. São Félix é mais tranquila que Cachoeira, apesar da proximidade, há menos movimento de carro e de pessoas. A pracinha em frente à rodoviária possui algumas árvores que dão sombra ao local, tornando-o fresco e, seus canteiros formam bancos para que as pessoas possam sentar. As pequenas barracas que ficam na praça vendem bebidas e petiscos que atraem os clientes, em sua maioria homens, que passam o tempo bebendo e conversando com os amigos. Ao encontrar Dona Rosa, procuramos um lugar para sentar na pracinha, decidimos ficar em uma mesa de



uma das barracas, havia alguns homens conversando e nos sentamos afastadas. Pedi uma água e começamos a entrevista.

Para quem conhece a cidade de Salvador e se encanta com o centro histórico, as ruas calçadas com pedras do Pelourinho e seus belos e grandes casarões, a vista da Baía de Todos os Santos, e ao mesmo tempo se depara com o ritmo frenético de uma cidade grande, encanta-se ainda mais quando conhece as cidades que circundam a baía, talvez pela singularidade e calma de velhas senhoras, ou também pela beleza dos seus mínimos detalhes.

Quando se observa o mapa da Bahia, percebe-se que um extenso braço de mar segue continente adentro em um pequeno espaço, formando uma espécie de côncavo de água. A região localizada detrás desse côncavo foi chamada de Recôncavo<sup>1</sup> e é banhada pelo que hoje conhecemos como a Baía de Todos os Santos. Tal região, em conjunto com a cidade de Salvador e com outras terras litorâneas, conta a história da formação das cidades brasileiras a partir da época da colonização do país pelo povo português.

As terras férteis do litoral da Bahia, propiciaram o desenvolvimento da economia do açúcar durante os primeiros séculos da colonização portuguesa. A instalação de engenhos na cidade de Salvador e nas cidades do Recôncavo, que em sua maioria foram construídos próximos aos rios ou às margens da baía, foram fundamentais para o surgimento de povoados nessa região. Ademais, segundo Schwartz (1988), com o crescimento dos povoados, a Igreja Católica instalou em cada um deles paróquias distintas, as quais por sua vez “estabeleceram a forma básica de organização no Recôncavo por duzentos anos” (ibidem, 81).

A então nascente sociedade brasileira começava a esboçar traços de sua personalidade patriarcal e aristocrática, desenvolvida, segundo Gilberto Freire (2001), às custas “das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmos e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em

---

<sup>1</sup> Não há um consenso sobre quantas cidades podem ser alocadas na região do Recôncavo da Baía de Todos os Santos. De acordo com a classificação da Secretária de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), pertencem à região cidades como Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, São Félix e mais quinze cidades, ficando de fora dessa classificação cidades como Salvador e circunvizinhas à capital, que formam a Região Metropolitana, e as cidades de Feira de Santana e Alagoinhas, localizadas na região do Sertão.

palhoças de aventureiros” (p.91), principalmente na região de Pernambuco e do Recôncavo da Bahia.

Por conseguinte, para manter a casa-grande, plantar e colher a cana de açúcar, e trabalhar nos engenhos na feitura do açúcar, tornou-se necessária uma mão de obra numerosa e que ao mesmo tempo fosse barata. A necessidade de mão-de-obra para os engenhos de açúcar foi suprida com o tráfico dos povos africanos escravizados, já que a mão-de-obra indígena era insuficiente devido ao extermínio de sua população e, depois, pela proibição da escravização dos índios pela Coroa Portuguesa. Com o passar dos anos, a Bahia se tornou um dos maiores terminais do tráfico atlântico de escravos no país (ibidem).

A inserção massiva de povos africanos na Bahia gerou uma população majoritariamente negra, que influenciou a formação social e cultural não só do estado, como de todo o país. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006) destacam que o sistema escravista imposto no Brasil não atuava apenas como um sistema econômico, foi também responsável pela definição de desigualdades raciais e sociais que culminaram em uma opressão racial que perdura até os dias de hoje.

Schwartz(1988) afirma que o Recôncavo não era somente responsável pelo cultivo da cana, mas também pela produção de fumo e de produtos de subsistência. De acordo com Maria de Azevedo Brandão (1998), o Recôncavo era um “complexo de sub áreas especializadas” (p.30), com diversas atividades além do açúcar e o fumo, os principais, como o algodão, a agricultura familiar, a fabricação de couro, cerâmica, etc., o que propiciou, segundo a autora, a formação de um tecido social diverso na região. Nesta perspectiva, o geógrafo Milton Santos (1998) divide a região em cinco zonas diferentes: o Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro, Recôncavo da cerâmica e da pesca e o Recôncavo da produção de lenha e de carvão vegetal<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com Milton Santos (1998), a unidade Recôncavo seria constituída mais pelo caráter histórico da região e das relações mantidas entre as cidades que a compõem durante longos anos, do que por características como tipo de solo ou clima, por exemplo. Assim, para o autor, a região conta com 28 cidades na região, incluindo cidades como Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas e Irará.

A zona fumageira é a que mais nos interessa nesse trabalho, pois nela se encontram as cidades de Cachoeira e São Félix.

A produção de fumo conseguiu chegar ao lado da produção do açúcar em termos de importância econômica para região, desenvolvendo-se em terras que eram consideradas impróprias para o plantio da cana de açúcar (SCHWARTZ, 1988). Logo, a produção de fumo foi uma das mais rentáveis naquela região, com destaque para as cidades de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas. Elizabete Rodrigues da Silva (2011), em sua tese de doutorado sobre as mulheres trabalhadoras fumageiras do Recôncavo da Bahia, expõe que, diferentemente da atividade canavieira que necessitava de mão de obra escrava e de grandes lotes de terras, a plantação de fumo era em sua maioria praticada por mão de obra familiar em pequenas propriedades. Todavia, nem tudo são flores, segundo a autora, tal região se encontrava imersa em contradições, já que, de um lado, esboçava grandes riquezas com as fábricas de charuto que se instalaram nas cidades a partir do século XIX e, do outro lado, os pequenos agricultores reféns da política de preços e sem subsídios do Estado.

De acordo com Santos (1998), a abolição da escravatura e a multiplicação de propriedades contribuíram para o processo de urbanização do Recôncavo, que é favorecido com a instalação da estrada de ferro. “As ferrovias partiram dos portos já solidamente estabelecidos, a começar por Salvador. As demais tinham como estação inicial as cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré” (ibidem, p.76). Segundo o autor, as ferroviárias favoreceram o escoamento da produção de fumo na região, assim como a produção de açúcar com a construção das ferrovias particulares dentro dos engenhos até os portos. Entretanto, Santos (1998, p.81) destaca que, na década de 1940, o Recôncavo ganha outra configuração devido a vários fatores, entre eles a criação de estradas de rodagem em antigos caminhos e ferrovias; a decadência das lavouras de fumo e de cana de açúcar; o aumento populacional de Salvador e a necessidade de um maior abastecimento de produtos, fazendo com que outras regiões comesçassem a produzir e concorrer com a região do Recôncavo; e o término da malha ferroviária.

Dessa forma, Brandão (1998) afirma que, as regiões do Recôncavo foram aos poucos perdendo a importância econômica e política e, o que outrora eram

grandes centros de produção foram sendo marginalizados, devido ao fechamento de linhas férreas e do porto, em oposição à expansão de estradas. O velho Recôncavo tinha que lidar agora com uma nova configuração.

Após o declínio da economia do Recôncavo, o porto de Cachoeira, também conhecido como o “vapor”, parou de funcionar. A construção da Barragem de Pedra do Cavalo, na década de 1970, diminuiu o volume do Rio Paraguaçu, na sua passagem entre as cidades e, modificou a paisagem. Apenas pequenos barcos e canoas trafegam hoje no rio, alguns para passeio, outros para a pesca. Após a decadência do comércio de açúcar e de fumo, o comércio das cidades de Cachoeira e São Félix enfraquecem, recuperando uma maior movimentação somente após a instalação da Universidade Federal da Bahia (UFRB), no ano de 2008. Ainda assim, a oferta de emprego nas cidade é pequena, restando poucas opções para seus moradores.

A herança africana e indígena pode ser notada nas cidades, através da música com estilo “Reggae”, tendo um dos seus maiores ícones no Brasil, dois filhos de Cachoeira, conhecidos como Edson Gomes, e Sine Calmon<sup>3</sup>. O samba de roda também faz parte do universo cultural das duas cidades, tendo o mais famoso o grupo de Dona Dalva Damiana<sup>4</sup>, ex charuteira da fábrica Suerdick, não havendo uma festividade na cidade de Cachoeira que não tenha grupos de samba de roda se apresentando.

A religiosidade também faz parte das cidades, principalmente de Cachoeira, com o sincretismo entre o catolicismo e o candomblé, tendo como referência a festa da Senhora da Boa Morte, internacionalmente conhecida e que todos os anos atrai multidões. Atualmente, há uma proliferação de Igrejas Evangélicas nos bairros das duas cidades, se instalando desde pequenos espaços até grandes salões.

---

<sup>3</sup> Edson Gomes e Sine Calmon, são cantores de renome no cenário musical do Brasil. Atualmente na cidade de São Félix no período junino Edson Gomes puxa um trio elétrico com músicas de reggae, trazendo seus maiores sucessos, o que já virou tradição na cidade; e Sine Calmon é figura garantida no último dia de festa de São João da cidade de Cachoeira, também se tornando uma tradição, além de participar de outros eventos na região.

<sup>4</sup> Ver por exemplo, Paixão e Tavares (2012), que ao se debruçarem sobre as memórias musicais de D. Dalva desvelam a Cachoeira do passado.

Foi diante de todo esse contexto histórico e social que Cachoeira e São Félix se configuraram enquanto cidades e assumiram determinadas características.

Por serem cidades pequenas e interioranas todos se conhecem por terem estudado na mesma escola, por ter famílias vizinhas, ou por tantos outros motivos, o que contribui para que acontecimentos públicos e privados se espalhem pelas duas cidades. Tais relações funcionam como grandes redes sociais. Além do mais, cooperam nesta grande rede não só a população urbana, como também a população da zona rural de Cachoeira e São Félix, que toda semana nos dias de segunda-feira e sábado vão para o centro comercializar produtos agrícolas.

## **A ENTRADA NO CAMPO**

A entrada no campo para mim é sempre um pouco difícil, devido a uma insegurança que nos cabe ao iniciar uma pesquisa. A temática de violência conjugal, mesmo que muito debatida atualmente através dos meios de comunicação, ainda se depara com alguns obstáculos no momento de encontrar mulheres que aceitem falar da violência sofrida por vários motivos, como medo, vergonha, e por não quererem reviver situações dolorosas com a entrevista. Esse foi meu maior medo e insegurança em iniciar o campo. Minha maior preocupação era: Quem vou entrevistar? Será que alguém vai aceitar me contar sua história?

Por não morar mais na cidade de São Félix, não mais transitar pelas ruas de Cachoeira, não mais vivenciar o espaço da UFRB, e muitas das pessoas que conheci na cidade já estarem formadas residindo em outras cidades, meu primeiro obstáculo foi encontrar mulheres que passaram pela situação de violência para entrevistar. Lembro-me que em minha pesquisa de campo na graduação tive conhecimento de inúmeros casos de violência conjugal, entretanto, grande parte das mulheres não aceitavam falar. Então, de que modo poderia encontrar essas mulheres, estando eu morando em Salvador?

Utilizei a tecnologia e as redes sociais a meu favor. Selecionei, entre dez a quinze pessoas conhecidas que vivem e transitam pelas cidades e, que fazem parte de minha rede social na internet, mandei para cada uma um pequeno texto que explicava a minha pesquisa e seu objetivo, perguntando ao final se conheciam alguma mulher que tinha passado pela situação de violência conjugal. Obtive algumas respostas negativas, outras pessoas não responderam, apenas três pessoas disseram que conheciam alguém e que poderiam tentar conseguir a entrevista.

É de grande importância destacar que tal trabalho se vale de uma Epistemologia Feminista<sup>5</sup>, a qual se baseia na ideia de que as mulheres podem ser sujeitos e produtoras do conhecimento, diferentemente do que pregavam as epistemologias tradicionais, que excluíram por muito tempo as mulheres do campo científico, através de uma visão androcêntrica e machista (HARDING, 1998). Logo, questiona-se, existe um método exclusivamente feminista? Sandra Harding (1998) procura responder tal questionamento, alegando que o problema envolve a confusão causada pelas próprias ciências sociais quanto ao que se entende por método, metodologia e epistemologia. Deste modo, a autora procura definir cada conceito: método seria a maneira que se escolhe para o recolhimento das informações/dados da pesquisa, podendo ser através da escuta, da observação e da análise de documentos; por metodologia entende-se uma teoria<sup>6</sup> que define quais os procedimentos que devem ser utilizados na pesquisa e a forma de analisar seus resultados; já epistemologia se configura em uma teoria do conhecimento, que define quem é sujeito e quem não é.

---

<sup>5</sup> Para Mignolo (2006), a epistemologia feminista torna visível três dimensões contidas na ciência moderna, quais sejam: a perspectiva masculina como uma epistemologia construtora da ciência; a invisibilização de outras formas de produção de conhecimento e compreensão de mundo por parte de tal perspectiva, que vão emergir com a epistemologia feminista; e por fim, a crítica e refutação da ideia de que a ciência era um campo neutro e, assim, livre de preconceitos sexistas e raciais. Entretanto, é importante ressaltar que a epistemologia feminista e sua crítica à ciência moderna surge através de mulheres brancas e europeias que entram nos espaços universitários/acadêmicos que, mesmo tecendo uma crítica pautada no eurocentrismo e no sexismo científico, não deixam de reproduzir também uma epistemologia com características eurocêntricas.

<sup>6</sup> As teorias tradicionais, de acordo com Harding, não levaram em consideração o lugar destinado às mulheres, nem como estas experienciam as relações sociais. Assim, a crítica feminista observa que, se as mulheres são invisibilizadas e colocadas à margem pelas ciências sociais, então suas teorias não são completas, já que deixam de fora metade da população. Cria-se versões feministas destas teorias que buscam visibilizar a atuação das mulheres na sociedade.

Para tanto, a epistemologia feminista se vale dos métodos e técnicas utilizadas pelas ciências sociais, mas lhes atribui novos olhares e modos de realizá-los refutando as ideias de neutralidade e objetividade no fazer científico, trazendo para o contexto da pesquisa a oportunidade da troca de experiências entre pesquisador(a) e pesquisado(a) ao diminuir o espaço dessa hierarquia. Neste sentido, segundo Harding (1998), pode-se afirmar que não existe um método exclusivamente feminista, mas uma reformulação de métodos e técnicas já utilizadas pelas ciências sociais.

A feminista Alison Jaggar (1997), ao escrever sobre as emoções em seu texto “Amor e Conhecimento: a emoção na Epistemologia Feminista”, traz para o debate a forma como a epistemologia ocidental nega o lugar das emoções e sentimentos no fazer científico, atribuindo-lhes características pejorativas que são conferidas a grupos subalternizados, como as mulheres e as pessoas negras, em oposição ao grupo dominante que tem por característica a racionalidade. Assim, o pensamento ocidental de imparcialidade e neutralidade do(a) pesquisador(a) é confrontado com a ideia de que as emoções são constitutivas de todo sujeito e, portanto, não há possibilidade de eliminá-las por completo. De acordo com a autora, “a investigação é sempre intencional e a observação é sempre seletiva” (ibidem, p.176), assim, as emoções são tão importantes quanto a observação, a razão ou a ação para a realização da pesquisa, “cada uma dessas faculdades reflete um aspecto do conhecimento humano, inseparável dos outros” (ibidem, p.186).

Ao trazer a fala de Harding (1998), sobre não haver um método exclusivamente feminista, mas sim uma releitura dos métodos usados pelas ciências sociais, queremos dizer que tal epistemologia irá permitir que as(os) pesquisadoras(es) agreguem ao seu trabalho suas emoções. Estas, continuando com Jaggar (1997, p. 175), “permitem nos tornar capazes de perceber o mundo de modo diferente daquele retratado nas descrições convencionais”, como por exemplo, situações que tratadas de forma natural podem carregar estruturas de poder e discriminações. Outro conceito utilizado pela epistemologia feminista neste contexto, é o conceito de experiência, que a autora Maria Mies (1998) irá chamar de experiências subjetivas, destacando a importância do termo para a garantia da legitimidade da ciência feminista. Para esta, é importante termos uma

base na qual possamos nos assegurar da realidade e que através dela possamos expor nosso ponto de vista e discordar de teorias que nos contrapõem; esta base, para a autora, é a experiência subjetiva que é

*nuestra propia autorreflexión crítica sobre ella, así como la práctica resultante. Desde mi perspectiva, sin embargo, el término denota más que la mera participación particular, momentánea e individual; refiere a la suma de los procesos por medio de los cuales los individuos o los grupos han pasado durante la producción de sus vidas; refiere a su realidad entera, a su historia (ibidem, p.74).*

Tomando tais discussões como base, busquei ao longo da pesquisa agregar as emoções, tanto minhas quanto das entrevistadas, e levar em consideração minha experiência enquanto mulher, enquanto feminista. Desta forma, para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p.21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, compreendendo uma pesquisa que procurou levar em consideração a subjetividade do indivíduo dentro da realidade e do contexto social em que ele se encontra. A pesquisa qualitativa aqui colocada é enviesada por um olhar feminista, sensível às questões de gênero e estimando a importância das experiências vividas pelas mulheres, opondo-se ao empirismo da ciência moderna e permitindo que o lugar do(a) pesquisador(a) seja situado no trabalho.

De acordo com Minayo (2009), uma das fases da pesquisa qualitativa é o trabalho de campo, o qual permite a aproximação do(a) pesquisador(a) com a realidade que pesquisa e uma interação com os atores que atuam nessa realidade, tendo como principais instrumentos de trabalho a observação e a entrevista. Mesmo considerando os dados estatísticos como fontes importantes de informação, inclusive quando trabalhado o tema de violência contra as mulheres, não foi possível trazê-los para tal pesquisa, pois o fato de não haver nas cidades de Cachoeira e São Félix uma Delegacia especializada ao Atendimento às Mulheres (DEAM) faz com que as denúncias sejam realizadas em delegacias comuns, não ocorrendo então um registro mais específico. Se não há registro, não há estatística, mesmo que o histórico das cidades, fundado em raízes coloniais, que até hoje perduram associadas a bases patriarcais,



sejam características favoráveis para a incidência de violência contra as mulheres.

Desta forma, a coleta de dados se deu por meio de roteiros de entrevista, que serviram como um norteador, que em alguns momentos foi acrescido de outras perguntas quando achei que era favorável o aprofundamento da conversa. Por ser uma pesquisa qualitativa, não estipulei previamente o número de entrevistadas, tomando inicialmente como base o sistema de inclusão progressiva que seria interrompido pelo critério de saturação, quando as concepções, percepções e sentidos se mostrassem repetitivos (DESLANDES, 2009, p. 48). Entretanto, não foi o que aconteceu, o campo acabou por definir meu número de entrevistadas, que ao final consistiu, em quatro mulheres que passaram por situação de violência, duas de Cachoeira e duas de São Félix, e uma entrevista com a coordenadora do CREAS de Cachoeira.

Após a coleta e a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo que, para Antônio Carlos Gil (2008, p.156), “tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Para Laurence Bardin (2002), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, nesse caso, das narrativas coletadas através da entrevista, por meio de métodos sistemáticos. Entretanto, Bardin afirma que a verdadeira intenção da análise “é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção” (p.38), que de acordo com ele, é a dedução lógica que o(a) analista faz entre a descrição dos dados e a sua interpretação. Deste modo, após transcritas as entrevistas, os dados foram separados em categorias, a exemplo de histórico pessoal – apresentação; histórico familiar; histórico da violência; surgimento das redes primárias; surgimento das redes institucionais; e posteriormente tais categorias foram interpretadas e correlacionadas com a epistemologia utilizada no trabalho.

## **AS DIFICULDADES DO CAMPO**

Sempre escutei das minhas professoras e professores durante minha vida acadêmica que o campo pode nos proporcionar novas descobertas e olhares, e

até mesmo, em casos extremos, a mudança de seu sujeito de pesquisa. Algumas dificuldades apareceram durante meu campo na busca por mulheres para a realização de entrevista. Como já expus acima, a forma utilizada para encontrar mulheres em situação de violência nas duas cidades foi acionando pessoas conhecidas por mim. Das três informantes que responderam minhas mensagens positivamente, apenas através de uma delas consegui contatar algumas pessoas, a quem chamarei de Estela, tornando-se uma peça importante durante meu trabalho de campo.

O primeiro contato que Estela conseguiu para mim foi o de Dona Joana, irmã de seu companheiro, que morava na cidade de São Félix. A primeira entrevista que marquei com Dona Joana foi sem sucesso, tínhamos combinado uma data e lhe disse que quando chegasse à cidade ligaria para saber onde era sua casa. Talvez esse tenha sido meu erro. Liguei uma vez, duas, três vezes, quatro, cinco vezes, e como não obtive retorno regressei a cidade de Salvador.

Esperei passar as datas festivas do fim do ano para entrar em contato novamente. Confesso que estava meio receosa de Dona Joana ter desistido da entrevista. *“Por que não aceitaria?”*, foi o que ela me disse ao telefone, marcamos e, no dia combinado, realizamos a entrevista. No mesmo dia, uma das mulheres que entrevistei na pesquisa anterior<sup>7</sup>, Catarina, conhecida por mim, respondeu a mensagem que tinha lhe enviado, perguntando se ela não poderia me ceder uma entrevista novamente. Foram duas entrevistas naquele dia. Mas, depois delas, quem mais eu iria entrevistar, se de todos os contatos que eu fiz só Estela havia me dado um retorno?

Acionei mais uma pessoa que faz parte da minha rede e com quem não tinha entrado em contato ainda. Essa segunda informante conseguiu acionar uma conhecida que aceitou conversar comigo. No primeiro contato que fiz com Dona Ana ela pareceu estar disposta a dar entrevista. Entretanto, quando tentei retornar a ligação para marcarmos o dia da entrevista, seu telefone não chamava, parecia que estava desligado. Consegui então, entrar em contato com minha informante que me disse onde a Dona Ana morava. Regressei a Cachoeira e, em um dia à tarde, bati em sua porta, muito educada me convidou

---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada no ano de 2013 para o trabalho de conclusão de curso da minha graduação.

para entrar, expliquei-lhe quem eu era e que tinha falado com ela por telefone, perguntei se poderia ainda me dar entrevista, ela disse: “Volte amanhã de tarde, umas duas ou três horas da tarde”. No horário combinado retornei à sua casa e, depois de muito insistir e quase desistir, uma jovem mulher apareceu a porta e disse: “Ela saiu!”. Senti que, naquele momento, Dona Ana não estava mais disposta a conversar comigo. Ainda tentei, sem sucesso, saber que horas ela voltava ou o seu número de telefone.

Minha outra opção era achar alguma possível entrevistada através do CREAS de Cachoeira, o que não foi possível, pois sua atual coordenadora afirmou que não poderia acionar nenhuma mulher por causa do sigilo conferido a elas pela instituição e, como a unidade estava em obras, não estavam acontecendo mais as reuniões de grupo, que em outro momento poderia me ser útil. No entanto, muito educada e prestativa, a coordenadora me concedeu uma entrevista.

Quase que sem esperança, acionei minha terceira informante, que também morava na cidade de Cachoeira. Ela me disse que conhecia algumas mulheres e que iria tentar conseguir alguma entrevista para mim. Me retornou dizendo que tinha falado com três mulheres, duas se disseram muito ocupadas e, segundo ela, não demonstraram muito interesse, mas a terceira, Dona Fátima, disse que poderia conceder a entrevista na semana seguinte. No mesmo dia me lembrei que Estela havia me dito que conhecia outra mulher e que iria entrar em contato. Esta, por sua vez havia encontrado minha terceira entrevistada, Dona Rosa, que era mãe de seu companheiro. Como já havia retornado para Salvador, liguei para Dona Rosa para marcar a entrevista, a qual passou alguns minutos conversando comigo como se já me conhecesse, me disse que estava morando na zona rural de Cachoeira, mas que em determinados dias ia até São Félix, podendo se encontrar comigo em um desses dias.

Quando regressei para Cachoeira mais uma vez, minha terceira informante já havia marcado com Dona Fátima e estava tudo combinado para a entrevista. Contudo, um imprevisto aconteceu. Dona Fátima era usuária de drogas e, não estava em um momento muito bom, havia perguntado à minha informante se não teria algum pagamento pela entrevista. Pagar ia de encontro aos meus princípios e daquilo que eu considerava uma pesquisa válida, além do

mais estaria colaborando com o vício dela. Era menos uma entrevistada! Tentei buscar outra maneira de encontrar mulheres para entrevistar, as cidades não me davam muitas opções, pois não possuem Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, Centros de Referência Especializados, nem Núcleos de Apoio, nada! Perguntei a algumas pessoas, com a ajuda de uma amiga natural da região, sobre alguém que aceitasse falar. Todas disseram que conheciam, mas que, por pouca aproximação ou com receio de que a pessoa não gostasse que tocassem no assunto, não poderiam entrar em contato.

O curioso é que enquanto caminhava entre as cidades em busca de mulheres em situação de violência, pude ouvir comentários e burburinhos sobre mulheres que tinham sido agredidas. Por serem cidades pequenas e todo mundo de alguma forma se conhecer, as pessoas sabiam quem sofria violência, sabiam as histórias dessas mulheres e sabiam quem perpetrava a violência. Mas, como um tabu, todos tinham conhecimento, mas ninguém falava abertamente.

A minha quarta e última entrevistada, foi Dona Rita, assim como Catarina, ela também havia participado da minha pesquisa anterior. Entrei em contato com sua filha que intermediou nosso reencontro. Por sorte minha, Dona Rita encontrava-se na cidade de Salvador quando marquei nosso encontro, não precisaria me deslocar até Cachoeira desta vez, marcamos então a entrevista em um shopping de Salvador. Sempre muito simpática, Dona Rita estava diferente após três anos da nossa primeira entrevista, estava mais alegre e radiante. Me dissera que tinha se aposentado e agora tinha vindo visitar sua nova neta que acabara de nascer.

## CAPÍTULO II

### APORTES PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA AS MULHERES

O surgimento dos estudos de gênero e dos movimentos feministas foi crucial para a inserção das mulheres no campo de estudos das ciências sociais e na luta pelos direitos igualitários. Dentre as diversas reivindicações dos movimentos feministas está o combate e o enfrentamento da violência contra as mulheres como um problema público, o que resultou em um novo campo de estudos feministas no Brasil referentes a violência conjugal e doméstica. Assim, como uma de suas conquistas está a promulgação da Lei 11.340, que criminaliza e pune a violência doméstica contra as mulheres no Brasil, é o que veremos neste capítulo.

A imputação de características dicotômicas definiu homens enquanto seres viris, racionais, e sujeito universal, em contrapartida, às mulheres, “o outro sujeito”, lhes restou o lugar contrário, a emotividade, a fragilidade e a sensibilidade. Por vezes, a “estranha” anatomia feminina e a presença do útero foram as explicações plausíveis para “descontroles” emocionais relacionados às mulheres como a histeria e loucura, revelando a instabilidade do emocional feminino e sua falta de capacidade intelectual e racional quando comparada aos homens.

Para Bourdieu (1999), as diferenças visíveis entre homens e mulheres foram construídas através de “esquemas práticos da visão androcêntrica” (p. 32), tornando-se a base perfeita para a legitimar tal visão e torná-la indiscutível. Desta forma, continua o autor, as construções arbitrárias do corpo masculino e feminino e suas respectivas funções deram um caráter de naturalidade à visão androcêntrica e às divisões postas por esta entre a reprodução e a produção. A dominação masculina foi incorporada ao processo de socialização, tanto de homens quanto de mulheres, fazendo-se presente no senso comum, na rotina, nas instituições e em tantos outros campos sociais.

A reprodução do discurso dominante pelas mulheres, o grupo dominado, é uma das fases mais cruéis dessa dominação. Estas incorporam e reproduzem a ideologia que as violenta e as subordina contra outras mulheres, ou até contra si mesmas, de forma natural, tornando a violência quase que imperceptível. Podemos tomar como exemplo as condutas morais imputadas às mulheres como o tamanho das roupas, a castidade, a obediência ao marido, etc.

O conceito de patriarcado cunhado por teóricas feministas como Carole Pateman, Gerda Lerner, Heleieth Saffioti, entre outras, revelou a existência de um sistema social baseado em uma ideologia androcêntrica, com o controle dos corpos femininos e sua subordinação. A cientista política Carole Pateman (1993), chama a atenção para a omissão do contrato sexual como parte do contrato dito original. A teoria do contrato original<sup>8</sup>, em uma breve explicação, afirma que saímos do estado natural, no qual não havia direitos sobre a propriedade, para a formação da sociedade civil através de um contrato social, onde todos os **homens** estariam livres, iguais e dotados de direitos, inclusive direito sobre a propriedade privada. No entanto, de acordo com Pateman (1993), o direito não se limita apenas à propriedade privada e social, mas envolve um direito dos homens livres sobre as mulheres e seu corpo, o que as torna mais um tipo de propriedade. Assim o contrato original, para a autora, é um pacto social-sexual.

Desta forma, a sociedade constituída após o contrato original é uma sociedade patriarcal. Segundo Pateman (1993), uma das causas da ausência do contrato sexual na obra de teóricos políticos é a confusão na definição do termo patriarcado que, na maioria das vezes, é confundido com a definição utilizada por Max Weber (1964), de “patriarcalismo”, para designar a autoridade do patriarca, o poder conferido ao pai, o chefe da unidade doméstica. Para a autora, “o direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental” (ibidem, p. 18), com isso, a sociedade moderna está estruturada na dominação das mulheres pelos homens enquanto homens, e não apenas na posição de patriarca/pai. Antes de serem pais, os homens ocupam o lugar de

---

<sup>8</sup> Ver: ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. Ed. Eletrônica. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf> > Acesso em: 01 de mar. de 2015.

maridos, tendo direitos sobre a liberdade e a sexualidade de suas esposas através do contrato do matrimônio.

Segundo Lia Zanotta Machado (2000), o patriarcado é um modo de organização social e remete a “um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina” (p.3). Por isso, pode ser mencionado em qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido, tornando-se um conceito ahistórico. Entretanto para Machado (2000), tende a agregar ao conceito de patriarcado as conquistas e os efeitos dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres, com a crítica e a desconstrução de ideais sexistas que colocam “em xeque os valores dos direitos naturais da sujeição sexual” (p.12), o que contrapõe, segundo a autora, a ideia de sujeição das mulheres perante a reprodução do patriarcado moderno colocado por Pateman (1993).

Saffioti (2009), faz críticas contundentes à definição de ahistoricidade atribuída ao conceito de patriarcado, pois, de acordo com ela, essa definição nega a historicidade do fato social, o que significa dizer que esconde-se atrás de tal crítica “a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado mais próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens” (SAFFIOTI, 2009, p. 9), conferindo a mesma ordem de dominação de gênero a todas as sociedades, não levando em consideração suas particularidades. Saffioti (1992), pensa o patriarcado enquanto um sistema de dominação-exploração que faz parte de uma simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo. Esses três sistemas de dominação-exploração se retroalimentam através de opressões baseadas no gênero, na raça e na classe respectivamente.

Podemos observar o modo como o patriarcado opera na vida de Dona Rosa, quando esta conta sobre seu segundo casamento, com o pai de seu filho mais novo. O poder conferido ao marido de Dona Rosa sobre ela permitiu que este a maltratasse, controlasse sua vida social e seu corpo.

Ai ele começou a me maltratar, ciumpava muito, eu não podia ter amizade, meus amigos afastaram de mim, todo mundo se afastou porque sabia que ... pra não ver meu sofrimento né? [...] Eu conversando com um amigo ele já dizia que era homem meu, ai já começava a me maltratar. Me batia, meu rosto andava muito

marcado de 'roxidão' de porrada. Cortava meu cabelo. Uma vez eu cortei meu cabelo, ele não gostou do corte, disse: 'espera aí que eu vou concertar!'. [...]Cortou meu cabelo de faca, e nisso eu venho sofrendo

Tais situações de humilhação, subordinação e violência, vivenciadas por tantas outras mulheres, foram questionadas por pesquisadoras feministas que buscaram compreender o lugar destinado às mulheres no mundo atual, através da procura pelas origens do patriarcado e da subordinação feminina, configurando em um retorno às sociedades antigas. A antropóloga Michele Rosaldo (2005), destaca que trabalhos pioneiros como o de Simone de Beauvoir "O Segundo Sexo" e o de Kate Millette "A Política Sexual", recorreram ao campo da antropologia no sentido de resgatar os modos e costumes de um tempo passado. Para Rosaldo (2005, p.14), tais autoras estariam catalogando os "hábitos do passado a fim de decidir se o gênero feminino pode pretender através do tempo, ter adquirido ou perdido 'bens' legítimos como poder, auto estima, autonomia e status". Mesmo argumentando que não tinha a intenção de criticar tais estudos e de compreender as razões que levaram a busca de origens, Rosaldo (2005), afirma que essa busca pelas origens é pensar nosso sistema de gênero como imutável e essencialista.

## **A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO**

Antes de falarmos dos essencialismos cometidos pelos primeiros estudos referentes à condição feminina e ao conceito de gênero, é importante destacar a importância do campo da antropologia para a crítica à naturalização da dominação masculina com base na condição biológica dos indivíduos e na visão androcêntrica da ciência moderna. Um dos trabalhos pioneiros para o estudo de gênero, mesmo que este não apareça de forma explícita, foi a etnografia produzida pela antropóloga Margareth Mead e publicado em 1935, intitulado "Sexo e Temperamento". Neste, a autora estuda três<sup>9</sup> diferentes sociedades localizadas na ilha de Nova Guiné, relativamente próximas umas das outras, mas que, possuíam configurações sociais distintas. "Cada uma dessas tribos

---

<sup>9</sup> As sociedades estudadas por Mead (2003) foram os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli.



dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social” (MEAD, 2003, p.22) desenvolvida de modo distinto. Assim, Mead (2003) afirma que ao comparar a maneira que as tribos vivenciam a diferença sexual “é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo” (ibidem). Desta forma, a autora chega à conclusão que o temperamento atribuído como nato a cada sexo é construído socialmente e passado através das gerações pela educação.

As pesquisas etnográficas realizadas por pesquisadoras feministas depois do trabalho de Mead (2003 [1935]), propuseram-se a focar o lugar ocupado pelas mulheres na vida social, contrariando as pesquisas antropológicas outrora realizadas majoritariamente por homens, os quais reproduziam a visão androcêntrica de mundo, negligenciando os papéis exercidos pelas mulheres ao adotar o comportamento masculino como universal. A essa primeira fase da relação entre antropologia e feminismo Henrietta Moore (2009), chamou de Antropologia das Mulheres, caracterizando-se na busca por novas e distintas configurações sociais que justificassem a ideia de construção dos papéis sociais.

Neste momento “gênero” foi significado como uma oposição ao termo “sexo”, fazendo referência à construção da personalidade e do comportamento, estabelecendo uma dicotomia entre o biológico e o social (NICHOLSON, 2000). À vista disso, “gênero” passou a ser utilizado por pesquisadoras feministas com o intuito de deslegitimar o conceito de sexo e o determinismo biológico que o acompanhava. Tal modo de significação foi criticado com a ajuda da Antropologia Feminista em ascensão, que propôs a relativização cultural, negando a universalidade da dominação masculina e a essencialização das mulheres. Assim, não só a universalidade da opressão feminina é questionada, como também a generalização das experiências relativas ao gênero, pois aponta-se para as diversas formas de vivenciá-las e ressignificá-las (BONETTI, 2011, p. 59).

Ampliando o debate, algumas feministas do início da década de 1970 atribuíram ao conceito de gênero um caráter suplementar ao conceito de sexo e vice-versa (NICHOLSON, 2000), uma das expoentes desse pensamento é a

antropóloga Gayle Rubin, que propôs o “sistema sexo/gênero” em seu famoso ensaio *“The traffic in women”*, publicado no ano de 1975. De acordo com Rubin (1993), o sistema sexo/gênero pode ser definido como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p. 2). Para Linda Nicholson (2000), tal definição explicita que a construção dos significados se dá a partir de fatores biológicos, conferindo assim a dicotomia natureza X cultura para o sistema de sexo/gênero proposto por Rubin. Nesta mesma perspectiva, Saffioti (1992), aponta para a polarização entre homem e mulher no “sistema sexo/gênero”, onde são classificados como “portadores de uma sexualidade ‘natural’, na qual estão inscritos impulsos e necessidades que não variam, pois são sociais” (p. 186). Em relação a isto, Nicholson (2000, p.12) afirma que,

Tal concepção do relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que ser descrito como uma espécie de noção ‘porta-casacos’ da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a personalidade e comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizar sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensava certas desvantagens. Quando se pensa o corpo como um ‘cabide’ no qual são ‘jogados’ certos aspectos de personalidade e comportamento, pode-se pensar no relacionamento entre os dados do ‘cabide’ e aquilo que nele é jogado como algo mais fraco do que determinista, porém mais forte do que acidental.

Mesmo relativizando o modo como a cultura e a sociedade irão operar sobre os corpos sexuados, para Nicholson (2000), Rubin cai no essencialismo ao pensar o “sexo” como um fato, algo fixo, moldado pelo gênero. Outro modo de definição do conceito de gênero ganha espaço com o artigo da historiadora Joan Scott em 1985, “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica”, onde o termo passou a ser utilizado como referência “a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’” (NICHOLSON, 2000, p.9), pois, percebe-se que assim como a personalidade e o comportamento são construídos socialmente, a maneira como o corpo é concebido e significado

também é uma construção social. Nesta perspectiva, Scott (1995) propõe “gênero” como uma categoria analítica.

De acordo com Scott (1995), o termo gênero pode ser definido de duas maneiras. Primeiro, o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, implicando quatro elementos que se relacionam: os símbolos culturais que estão carregados de representações simbólicas; os conceitos normativos que expressam a interpretação dos significados dos símbolos; a noção de fixidez que aparenta uma permanência intemporal na representação binária do gênero; e o quarto elemento seria a identidade subjetiva, a existência de diferentes identidades. Segundo a autora, nenhum desses quatro elementos atua sozinho, pelo contrário, são inter-relacionais e não há hierarquias entre eles. “O esboço que eu propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social” (SCOTT, 1995, p. 88).

A segunda definição do termo gênero, segundo a autora, trataria este como um campo primário onde o poder é articulado, atribuindo assim, significado às relações de poder. Deste modo, com um “conjunto de referências”, o gênero é estruturante do modo como se organiza e se percebe as relações sociais “na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder [...], o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (p.88). Ou seja, o gênero não apenas designa os significados das oposições entre homens e mulheres, como também os estabelece. Logo, quando questionada a construção dessas relações de gênero e suas significações, todo o sistema social é ameaçado (SCOTT, 1995).

O conceito de gênero passa a acrescentar o cenário das teorias feministas na luta contra o essencialismo do termo “mulher” empregado para designar indivíduos femininos dotados de características universais e por isso acometidos pela mesma dominação masculina. Deste modo, os estudos de gênero aparecem como um conceito neutro ao se centrar nas “relações de gênero”, e não apenas de um indivíduo pré-determinado. Essa “neutralidade”, trazida pelo conceito, conquista espaços dentro do campo acadêmico conferindo uma legitimidade que até então os estudos sobre a mulher não tinha conseguido. Com

isso, há uma mudança de “estudos da mulher” para “estudos de gênero” de tal modo que o gênero substituí (erroneamente) o termo mulher. A crítica ao universalismo do sujeito “mulher” também foi trazida por mulheres de grupos minoritários invisibilizadas pelo movimento feminista europeu, ao propor a mudança do termo “mulher” para “mulheres” por considerar que os sujeitos femininos passam por diferentes vivências, necessidades e opressões que não são contempladas com o padrão de “mulher” europeia, branca, burguesa, heterossexual.

## **NOVAS VOZES NO MOVIMENTO FEMINISTA**

O surgimento de novas vozes no movimento feminista<sup>10</sup> trouxeram para a luta a reivindicação de mulheres invisibilizadas, que experienciam um contexto social diferente daquele vivenciado por mulheres do feminismo hegemônico. Podemos chamá-las como feministas pós-coloniais, feministas terceiro-mundistas, ou feministas do sul, mulheres que vivem ou nasceram em países que passaram pelo processo de colonização e imperialismo. Ochy Curiel (2007) aponta para o surgimento de um feminismo pós-colonial e antirracista nos Estados Unidos, na década de 1970, que se estendeu logo depois para países da América Latina e do Caribe. Entretanto, a autora lembra que, muito antes, outras mulheres já denunciavam a discriminação e a subordinação das sociedades pós-coloniais na qual estavam imersas.

“*Ain't I a woman?*”, a pergunta proferida por Sojourner Truth, mulher negra e ex-escrava, em 1851, na Convenção de Mulheres em Ohio, Estados Unidos, foi, de acordo com a historiadora e feminista negra Ângela Davis (2013 [1982]), umas das frases mais ditas pelo movimento de mulheres no século XIX. A frase de Sojourner Truth revela o racismo presente no movimento de mulheres brancas no momento abolicionista do país e na luta por direitos iguais, discriminação que

---

<sup>10</sup> O movimento feminista pode ser pensado em três momentos distintos, chamados por ondas feministas. Sua Primeira Onda configura-se como o “surgimento” do movimento em fins do século XIX na Inglaterra, quando mulheres reivindicaram o direito ao voto, ficando conhecidas como “sufragetes”. Um segundo momento, o movimento feminista ressurgiu entre as décadas de 1960 e 1970 com o lema “o pessoal é político”, reivindicando por direitos iguais entre homens e mulheres. Nas décadas seguintes a ascensão de novos feminismos que questionam a invisibilização das diferenças entre as mulheres dentro do movimento constitui a terceira onda feminista.

perdurou com a consolidação do movimento feminista hegemônico anos mais tarde.

No livro “Mulher, Raça e Classe”, Davis (2013) percorre o caminho da construção e concretização do racismo na história dos Estados Unidos, explicitando a perversidade do sistema escravista na colonização do país com a inserção da hierarquia social e racial. A autora demonstra como mulheres e homens negros foram marginalizados, violentados e destituídos de direitos. Fazendo um enfoque em especial para a questão feminina, Davis aponta a disparidade da condição social entre mulheres brancas e mulheres negras, que se reflete, conseqüentemente, nas reivindicações de cada parte no movimento de mulheres. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito a trabalhar fora do ambiente doméstico e o direito ao aborto, as mulheres negras desde a mais tenra idade já estavam inseridas no mercado de trabalho, com péssimas condições trabalhistas e recebendo o menor dos salários; sofriam com a política de esterilização forçada do Estado e lutavam pelo direito de constituição da família. Davis (2013, p. 168) afirma que,

A enervante obrigação doméstica provocou nas mulheres em geral um flagrante sexismo. Por causa do intruso racismo, um vasto número de mulheres que tinham de fazer as suas tarefas, bem como as daquelas para quem trabalhavam e esse trabalho algumas vezes conduziu à situações de mulheres negras negligenciarem a sua própria casa e até os seus filhos. Como assalariadas de serviço doméstico foram chamadas para substituir esposas e mães em milhões de casas de brancos.

Neste contexto, o “*Black Feminism*”, ou como aqui denominamos de Movimento Feminista Negro, surge com a crítica das mulheres negras norte-americanas, que denunciavam o sexismo dentro do movimento negro e o racismo dentro do movimento feminista. O “*Black feminism*” alertava para a combinação de categorias como o gênero, raça, classe e sexualidade, que não deviam ser esquecidas nem invisibilizadas, pois constituíam mutuamente o sistema de dominação no qual as mulheres negras eram e são afetadas.

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada, Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse?

Isso é coisa de americano Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça [grifo da autora], ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas ... Nem parece preto. (GONZALES, 1984, p.226)

No trecho acima a antropóloga e feminista negra Lélia Gonzales (1984), reproduz com tom irônico o discurso difundido regularmente no Brasil quando o assunto é o espaço que pessoas negras “devem” ocupar na sociedade. A construção social do que hoje chamamos de “raça”, implicou na marginalização e subordinação daqueles que fogem das características da raça “superior” (a “raça” branca) baseada nas diferenças fenotípicas dos indivíduos. Isto posto, Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009) argumentam que, por isso, deve-se dialogar a partir do campo cultural, “já que o nosso dialogo tem de ser estabelecido no campo das relações sociais e das diferenças histórica e socialmente construídas” (p. 224), onde as diferenças físicas são importantes.

A história do Brasil, como já dito no primeiro capítulo desse trabalho, é marcada por um processo colonizador, que teve como base o sistema escravista. Durante esse processo, diferenças raciais foram estabelecidas em todas as esferas sociais. De acordo com Figueiredo e Grosfoguel (2009), o campo de estudos referente à questão racial<sup>11</sup> no país foi marcado por três gerações, a primeira delas tinha como característica o pensamento de que com o embranquecimento ou o clareamento da população, a população negra desapareceria ao longo dos anos, acabando por definitivo com a mistura racial vista com “maus olhos”. A segunda geração, continua os autores, tem como influencia as obras de Gilberto Freyre, ao valorar a mistura racial e cultural de modo a criar o mito de uma democracia racial onde todos são tratados da mesma forma. E por fim, a terceira geração se dá com a consolidação do campo da

---

<sup>11</sup> Os seguintes autores sugerem a modificação da terminologia de “Estudo das Relações Raciais” no Brasil para “Estudo das Hierarquias Sociais”, por entenderem que a primeira “constitui o objeto de conhecimento historicamente produzido por acadêmicos mestiços claros, brancos ou quase brancos, cuja epistemologia baseia-se no estudo sobre negros” (FIGUEIREDO, GROSFUGUEL, 2009, p.226), mantendo o mito de uma democracia entre os grupos racializados. Deste modo, modificando a terminologia para “estudos das Hierarquias Raciais” estaria explícita a verticalidade das relações raciais.

Sociologia no país e a “adoção de técnicas de pesquisa e reflexões teóricas mais rigorosas” (p. 226). A falsa ideia de um país livre de preconceitos e discriminações raciais fez com que o Brasil fosse considerado por muito tempo um exemplo de nação e igualdade entre os povos.

Para a maioria dos pesquisadores brasileiros, assim como para alguns pesquisadores norte-americanos, o racismo no Brasil é “melhor” do que aquele existente nos Estados Unidos, dado que aqui não houve segregação racial oficial, assim como não houve impossibilidade/interdição com relação aos casamentos inter-raciais, o que possibilitou a existência de um maior número de mestiços e, conseqüentemente, uma diluição das fronteiras e do preconceito racial. A partir da década de 1970, pesquisadores afro-americanos e alguns ativistas negros passaram a considerar que o racismo no Brasil é pior do que aquele existente nos Estados Unidos, já que a dinâmica racial no Brasil impossibilitou que os negros-mestiços desenvolvessem uma consciência racial. (ibidem, p.227)

O surgimento do Movimento Negro Unificado no ano de 1978, de acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2008), tinha como propósito a crítica ao discurso da democracia racial, denunciando a violência e discriminações vividas pela população negra. O movimento propõe a reinvenção da raça através de um retorno à ancestralidade e raízes africanas. “Começa-se a falar de antepassados, de ancestrais e, os negros que não cultivam essa origem africana seriam alienados, pessoas que desconheceriam suas origens, que não saberiam seu valor” (ibidem, p. 75) e que, portanto, viveriam na falsa ideia de democracia racial.

De acordo com Kabengele Munanga (2000), o racismo seria

[...] uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e

morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2000, p. 24)

O autor nos chama a atenção para o fato de que o conceito de raça foi inicialmente utilizado para designar uma distinção biológica entre os indivíduos que, a depender de suas características físicas, eram classificados como seres racionais ou irracionais, justificando por exemplo, a escravidão. O racismo baseado no conceito de raça, circunscrito ao sentido biológico, é refutado depois da Segunda Guerra Mundial, mas, “embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam” (op. cit., p. 27). Entretanto, alerta o autor, as vítimas do racismo com base na biologia, são as mesmas dos dias atuais, uma vez que a discriminação racial tem um componente ideológico e as diferenças e desigualdades entre os indivíduos são construídas socialmente e historicamente, como alerta Márcia Santana Tavares (2005).

Contudo, apesar de críticas incisivas ao sistema de opressão racista pelo MNU e machista pelo movimento feminista branco, ambos foram omissos ao relacionar sua pauta principal com outros sistemas de opressão, invisibilizando as demandas das mulheres negras presentes nos dois movimentos. Se nenhum dos dois movimentos conseguiu compreender suas necessidades enquanto mulheres e enquanto negras, marcadas mutuamente pelas opressões de gênero e raça, surgia então a precisão da criação de um movimento que as compreendesse, neste caso, surge o movimento feminista negro brasileiro, em fins da década de 1970 e início dos anos 1980.

A expressão “enegrecer o feminismo” que, de acordo Sueli Carneiro (2003), tinha o objetivo de dar visibilidade às mulheres negras e suas questões dentro do movimento feminista, ressaltou o caráter ocidental e branco do movimento feminista brasileiro, influenciado pelo feminismo “clássico”, demonstrando a incapacidade deste movimento de agregar a diversidade contida na categoria “mulher” em contextos sociais multirraciais e pluriculturais.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a ‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das



mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Quando analisadas conjuntamente as desigualdades raciais e de gênero, um grupo de indivíduos categorizados enquanto mulheres negras assumem a base da pirâmide da hierarquia social, tendo logo acima os homens negros, posteriormente as mulheres brancas e no topo os homens brancos. Segundo Guimarães (2002, p. 69) “a pobreza, a falta de oportunidades, a desigualdade de rendimentos e a discriminação atingem muito mais fortemente as mulheres” negras do que os homens negros, em contraposição, as mulheres brancas ocupam a maioria dos postos de trabalho entre as mulheres.

A mulher negra na sociedade brasileira assume um lugar de mulata, doméstica e mãe preta que é denunciado por Gonzales (1984), enquanto papéis submissos e de conotação sexual. Além do mais, o racismo impõe representações que a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (ibidem, p. 226), não deixando de serem estigmatizadas quando pertencem a uma classe social alta.

Sendo assim, percebe-se que cada sujeito, apesar de ter experiências particulares, também é construído através das diferenças nas relações sociais. Estas diferenças, segundo Avtar Brah (2006) se constituem e se organizam em relações sistemáticas, através de discursos econômicos, políticos, culturais e práticas institucionais, ou seja, a diferença como relação social “sublinha a articulação historicamente variável de micro e macros regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas” (BRAH, 2006, p. 363).

Brah (2006), afirma que o gênero é constituído e representado de modos distintos de acordo com o lugar tomado dentro das relações globais de poder, as quais se dão por uma variedade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessa ordem de relações sociais, há “mulheres” em categorias diferenciadas, como por exemplo, mulheres operárias, mulheres indígenas, mulheres camponesas, dentre outras, e cada descrição destas se

refere à condições sociais específicas. O termo mulher acompanha uma gama de significações, não sendo mais uma categoria universal, como pensado anteriormente. A autora completa:

[...] o signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes ‘feminilidades’ onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Nesta perspectiva, a socióloga Mary Garcia Castro (1992), usa o termo “alquimia das categorias sociais” para explicitar as intersecções das categorias de gênero, raça e geração. O termo alquimia não é utilizado por ela por acaso, no processo da alquimia se pressupunha que haveria uma primeira matéria que seria comum a metais diferentes. A combinação deste poderia se chegar a um metal superior, no caso o ouro, trazendo para as categorias sociais, o gênero, a raça e a geração que teriam em comum o fato de serem propriedades naturais ao indivíduo com características políticas, culturais e econômicas, hierarquicamente organizadas, que privilegiam uns, em detrimento de outros e, favorecem as desigualdades de forma a naturalizá-las. A combinação dessas categorias faz surgir uma nova característica e uma nova subjetividade.

Neste contexto, os estudos sobre interseccionalidade ganham espaço no meio acadêmico com o texto de Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) que assim define essa categoria:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dos ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A autora compara os diferentes eixos de poder como o gênero, a raça, a classe e a etnia com grandes avenidas, distintas entre si, mas estruturantes do meio social, econômico e político. Em determinadas situações essas avenidas podem se entrecruzar criando complexas intersecções, que por sua vez são responsáveis pelas variadas formas de opressão vividas por diferentes mulheres. Em confluência com o pensamento de Crenshaw, Luiza Bairros (1995), traz a teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) onde não há uma hierarquia entre as opressões, não há mulheres mais oprimidas que outras, mas aquelas que experimentam “a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista” (p.461). Neste sentido, continua a autora

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutualmente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (ibidem)

Esse mosaico também pode ser encontrado na violência conjugal e doméstica, quando a grande parte de mulheres acometidas por esse problema, são mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade. Entretanto, isso não significa dizer que mulheres de outras raças e classes sociais não sofram com a violência, ao contrário, entende-se que a violência conjugal perpassa por todas as camadas sociais<sup>12</sup>, atingindo diversas mulheres.

## **OS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL**

O lema “o pessoal é político” surge entre as mulheres nos anos setenta do século passado, com o intuito de acabar com a dicotomia estabelecida ideologicamente entre a esfera pública e a esfera privada, que delimitava

---

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Gleidismara Franzoni, cuja tese intitulada “Gaiola de Ouro – Violência Psicológica contra Mulheres da camada média urbana e Florianópolis”, aborda a violência doméstica e familiar tendo como sujeitos mulheres de classe média residentes da cidade de Florianópolis

assuntos ditos de “casais” ao ambiente doméstico, excluindo do debate político o tema da violência e, assim, eximindo o Estado de seu dever de assegurar às mulheres segurança. A construção de uma masculinidade violenta, viril, patriarcal e, em contrapartida, uma feminilidade sensível, passiva e maternal; somada ao controle da sexualidade e dos corpos femininos, legitimou a subordinação e a obediência das mulheres para com seus companheiros, pais ou irmãos, o que impediu o senso comum de ver a violência contra as mulheres como um problema social.

Tendo em vista o grande índice de violência contra mulheres no mundo inteiro, alguns órgãos internacionais, após os movimentos feministas da década de 1970, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) passaram a apresentar propostas em seminários e reuniões internacionais, com a intenção de promover a equidade entre os sexos e, principalmente, garantir o direito das mulheres enquanto seres humanos e cidadãs. Uma das reuniões de grande importância para o cenário brasileiro foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida também como “Convenção Belém do Pará”, realizada no Brasil, em 1994 e, organizada pela OEA. A convenção colocou a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais ao indivíduo, reafirmando o compromisso dos Estados em modificar as práticas jurídicas e políticas públicas para o combate à discriminação e violência contra as mulheres. Em seu artigo primeiro, declara que:

Art. 1. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Em meio a convenções e tratados, os estudos e pesquisas sobre o tema no país vinham sendo desenvolvidos. Segundo as autoras Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005), os estudos sobre violência contra as mulheres têm início no Brasil na década de 1980, com o (re)surgimento dos movimentos feministas e uma nova configuração política, econômica e social,

que se instaurava com o processo de redemocratização após longos anos de ditadura militar. Na época, ainda segundo as autoras, os movimentos feministas tinham como foco chamar a atenção da população e do governo para os casos de violência contra as mulheres e, também, o combate do problema com intervenções sociais, assistência jurídica e psicológica às mulheres necessitadas.

A criação do SOS-Mulher<sup>13</sup> e, posteriormente, em 1985, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em São Paulo, foram um grande passo para o combate à violência e para a produção de estudos referentes ao tema. Santos e Izumino (2005) identificam, entre os trabalhos produzidos, três correntes teóricas: a primeira, chamada de dominação masculina, como o nome já diz, tem como base a ideia de que a violência contra as mulheres é produto da dominação masculina, homens e mulheres a reproduzem, entretanto, há apenas um sujeito, o homem, colocando as mulheres em posição de objeto, sem qualquer autonomia. Assim, as mulheres são ao mesmo tempo “cúmplices” – ao reproduzirem a própria dominação – e vítimas – por não terem autonomia, pois são “instrumentos” da dominação masculina. Uma das expoentes dessa corrente é a filósofa Marilena Chauí, que define a violência como transformadora de diferenças em desigualdades hierárquicas que visam à dominação, exploração e a opressão. Chauí (1984, p. 47) afirma que:

Cremos que a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências decorre do modo como foram postas pela sociedade moderna como sujeitos, investidas de uma subjetividade muito peculiar e dramática. Se a liberdade é autonomia, se define uma forma de coexistência na qual diferenças não são convertidas em desigualdades hierárquicas, se engendra maneiras de conviver que estabelecem a reciprocidade e o reconhecimento como relações fundamentais, as mulheres (e com elas outros grupos sociais e as classes exploradas) estão impedidas de liberdade pela própria definição de seu lugar social e cultural, pois sua subjetividade tem a estranha peculiaridade de colocá-las como dependentes.

A reprodução da violência pelas mulheres acomete sujeitos em lugares inferiores a ela, no caso outras mulheres, crianças e idosos, atuando como

---

<sup>13</sup> Tinha como intenção prestar assistência jurídica e psicológica às mulheres em situação de violência.

“instrumento da dominação”, pois, ao sofrer a dominação/violência masculina, estas a reproduzem em outros sujeitos, o que ocasiona a perpetração desse tipo de violência em todos os meios sociais.

A segunda corrente, chamada de dominação patriarcal, tem a violência como uma expressão do patriarcado, vinculada aos sistemas capitalista e racista. Nesta, a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém é vítima do domínio social masculino. Tem como principal teórica a socióloga Heleieth Saffioti, a qual argumenta que o patriarcado não é somente um sistema de dominação masculina que atua nas esferas política e ideológica, mas também um sistema de exploração que atuará na esfera econômica (SAFIOTTI, 1987). Assim, a autora se utiliza do termo “patriarcado-racismo-capitalismo” para demonstrar a simbiose, como vimos acima, em que os três sistemas de dominação se beneficiam mutuamente, ou seja, o patriarcado se beneficiará com a ideologia racista e a exploração capitalista.

Ao contrário da primeira corrente, que compreendia as mulheres como não-sujeitos nas relações violentas e, portanto, passivas, a segunda corrente argumenta que as mulheres são sujeitos vítimas da violência, e se utilizam de estratégias variadas para enfrentar o problema. Neste sentido, não são cúmplices, como afirmava Chauí, pois, por não haver igualdade entre os sujeitos da relação não há possibilidade de um consentimento, este só acontece quando há igualdade nas relações de poder (SAFFIOTI, 2004).

A terceira e última corrente, chamada de relacional, relativiza a noção de dominação masculina e de vitimização feminina, entendendo a violência como forma de comunicação entre o casal e um jogo em que a mulher torna-se cúmplice e não vítima da violência. A principal obra dessa terceira corrente é o livro *Cenas e Queixas* de Maria Filomena Gregori (1993), no qual a autora defende que as mulheres não são dominadas e nem simples vítimas de violência, pelo contrário, são vitimizadas no processo de denúncia, pois se colocam na posição de inferiores e subalternas. Sendo assim, Gregori (1993) considera que a violência entre parceiros pode ser uma forma de comunicação entre eles, por mais cruel que seja. Nesta abordagem, a violência contra as mulheres se constitui em uma relação de poder, em que o poder não é estático,

mas exercido tanto pelo homem quanto pela mulher, mesmo que de forma desigual (SANTOS e IZUMINO, 2005).

Tais correntes teóricas dizem muito sobre como o problema foi e é tratado pelas pesquisas acadêmicas e a imagem à qual as mulheres eram associadas. Atualmente, o lugar de vítima da violência e de um sujeito sem agência foi criticado e revisto pelos estudos feministas. Não se nega que a violência acometa mais as mulheres por uma situação em que o patriarcado imponha sua força, mas considera-se que somos sujeitos, não passivas, com estratégias diferenciadas de enfrentamento das situações violentas.

Com a chegada dos estudos de gênero no país, as pesquisas sobre violência adotaram o termo “violência de gênero” em substituição ao termo “violência contra a mulher”. Neste sentido, o alcance dos estudos se tornava mais amplo, não contemplando só “as mulheres” – apesar de que a maioria dos estudos se referiam a elas – mas também os homens. Contudo, neste texto, por posicionamento político, utilizarei o termo violência contra as mulheres, por considerar que tal denominação atenda melhor ao problema, direcionando-o a um sujeito específico.

Em meio à terceira leva de estudos sobre o tema e o crescimento de pesquisas nas Delegacias de Defesa da Mulher, foi promulgada a Lei 9099/95, que criava Juizados Especiais Criminais, os JECRIM, com o objetivo de dar celeridade aos processos judiciais, tornando-os menos formais e mais simples, e dava a possibilidade de conciliação entre as partes envolvidas (PASINATO, 2003). “Orientados pelos princípios da busca de conciliação, esses juizados julgam casos de contravenção e crimes considerados de menor poder ofensivo, cuja pena máxima não ultrapassa dois anos de reclusão<sup>14</sup>” (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 171). O problema da referida lei é que a maior parte das denúncias “de menor poder ofensivo” eram agressões contra as mulheres por parte dos seus companheiros, não sendo dada, nestes casos, a devida atenção à gravidade do problema.

---

<sup>14</sup> Inicialmente, a pena máxima aplicada era de um ano de reclusão, só após a Lei 10.259, em 2001, delitos de menor potencial ofensivo passaram a ter pena máxima de dois anos. Ver, por exemplo, Pandjarian (2006).

Valéria Pandjarian (2006) afirma que, por não limitar a quantidade de conciliações possíveis, a lei dava brecha para que agressores com maior poder aquisitivo pagassem indenização para não responder a um processo penal. Assim, continua a autora, tal condição banalizava a violência contra as mulheres e, “em tese o agressor teria um ‘preço’ fixado pelo Estado para continuar batendo em sua companheira” (p. 118). Além do mais, os JECRIMs não prestavam apoio e proteção às vítimas. Desta forma, se estas já eram vulneráveis antes das denúncias, depois de denunciarem se tornavam mais vulneráveis ainda. Então, as mulheres eram desencorajadas a prestar queixa nas Delegacias de Defesa a Mulher<sup>15</sup>, já que os processos estavam submetidos, na maioria dos casos, à lei 9.099, de maneira que aquelas que chegavam a prestar queixa não davam continuidade ao processo.

Com o objetivo de coibir e prevenir a violência contra as mulheres, no ano de 2006, foi promulgada a Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha<sup>16</sup>, uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres. A partir dessa lei, o Estado brasileiro conceitua a violência doméstica como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL,2006), podendo ser acometida no ambiente doméstico por pessoas que convivam no mesmo espaço, existindo ou não vínculo familiar; na unidade familiar entre indivíduos que sejam parentes ou considerados parentes; que tenham laços de afinidade; ou “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação” (BRASIL,2006), e independente da orientação sexual.

Além de caracterizar a violência contra as mulheres, a Lei assegura assistência e proteção às vítimas, através de atendimento policial especializado e sensível às questões de gênero; manutenção do vínculo trabalhista às mulheres que necessitem sair do emprego por motivo de segurança; a criação de centros de referência e casas-abrigo; criação de Delegacias Especializadas

---

<sup>15</sup> As Delegacias de Defesa da Mulher eram espaços institucionalizados para o combate a violência contra as mulheres, criadas em 1985. Dentro desses espaços, os JECRIMs atuavam como jurisdições que aceleravam os processos que chegavam até as Delegacias com a aplicação da Lei 9.099/95.

<sup>16</sup> Após a promulgação da Lei Maria da Penha, a Lei 9.099/95 e os JECRIMs não são mais aplicados nos casos de violência doméstica



ao Atendimento às Mulheres e Defensorias Públicas; também se comprometendo com a realização de campanhas educacionais nos meios de comunicação e o ensino das questões referentes às relações de gênero nas escolas.

Recentemente divulgado, o “Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil” revelou alguns dados interessantes que nos dão a dimensão do problema que é a violência, e como fatores como a raça e a classe social são sobrepostos nessa questão. Os dados demonstram os índices de homicídios<sup>17</sup> de mulheres no país que, dentre um grupo de 83 países, encontra-se na 5ª posição de mais violento, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Além do mais, os dados demonstram que a violência tem cor, de acordo com o mapa, as mulheres negras são as maiores vítimas da violência feminicida, com um aumento de 54,2% no período de 2003 e 2013, enquanto no mesmo período a taxa de mortalidade das mulheres brancas caiu 9,8% (WAISELFISZ, 2015, p.30). Apesar de o mapa não trazer o marcador econômico, sabemos que a grande maioria da população negra pertence à classe de baixa renda, devido à construção social baseada na raça e nas desigualdade socioeconômicas existentes no país. É importante problematizarmos tais dados, pois enquanto os feminicídios de mulheres brancas caem, a taxa das mulheres negras assassinadas por seus parceiros íntimos aumenta. Por que as medidas da Lei estão servindo a um grupo e ao outro não?

A partir dos dados de atendimento a mulheres pelo SUS (Sistema Único de Saúde), em casos de violência, o mapa traça quem são os agressores em cada etapa da vida. Entre as fases jovem e adulta 50% dos agressores são parceiros ou ex-parceiros, outro número que chama a atenção é de irmãos e pessoas desconhecidas como agressores. Entre todas as faixas, parentes, parceiros ou ex-parceiros são responsáveis por 67,2% das ocorrências, o que revela a grande incidência da violência doméstica (WAISELFISZ, 2015).

Apesar de a Lei assegurar todos os direitos e criar mecanismos de proteção para as mulheres, algumas de suas medidas continuam apenas no papel, não exercendo assim sua total eficácia, conforme demonstra Tavares

---

<sup>17</sup> A morte de mulheres atualmente é caracterizada por outro termo, o feminicídio.

(2015), ao refletir sobre as experiências de mulheres em situação de violência e usuárias da rede de atendimento em Salvador, através de uma Roda de Conversa, em que estas relatam as dificuldades da denúncia e o cumprimento de seus direitos. Tavares (2015, p. 553) afirma que:

Os depoimentos das mulheres revelam o despreparo dos profissionais, que não realizam uma escuta humanizada e, ao contrário de propiciarem acolhimento, aparentam descaso, indiferença e/ou omissão diante das situações denunciadas. Algumas juízas ainda conduzem as audiências de modo a promover a reconciliação do casal, respaldadas em valores patriarcais que limitam a questão da violência à esfera privada e naturalizam a desigualdade de poder presente no seio familiar [...]

As mulheres também se queixam da falta de orientação acerca dos trâmites relativos aos processos, da falta de resolutividade e articulação entre os serviços, da demora no agendamento de audiências, e também de sua antecipação ou adiamento sem aviso prévio, além da dificuldade para concessão de medida protetiva e da ausência de providências diante do seu descumprimento pelos agressores.

A aplicação da Lei ainda enfrenta a construção machista e patriarcal que concede aos homens poder sobre as mulheres a quem devem “proteger” e “educar”, legitimando qualquer ato violento cometido entre parceiros, irmãos, pais, filhos, homens que detenham “a guarda” da mulher, no ambiente familiar e/ou doméstico. Essa mentalidade, proliferada através do senso comum de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, tem contribuído para a banalização da violência doméstica, somada a um número insuficiente de Delegacias Especializadas, Casas-abrigo, Centros de Referência de Atendimento à Mulher e, ausência de profissionais realmente especializados sobre as questões de gênero e violência contra as mulheres. Assim, além de passarem por situações violentas, as mulheres que decidem denunciar passam por outro processo doloroso com o descaso e a humilhação em serviços que deveriam ser acolhedores.

Segundo Cecília MacDowell Santos (2015), antes da referida lei, o país detinha uma “política de combate” à violência contra as mulheres que contava somente com o apoio de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e o encaminhamento delas às Casas-Abrigo, não havia nenhum órgão

federal que gerisse e fiscalizasse a implementação dessa política, constituindo-se assim uma política fragmentada, sem articulação entre os serviços. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no ano de 2003, inaugura-se uma nova política para o enfrentamento da violência, com a criação de novos serviços e políticas públicas conectadas entre si que permitem o estabelecimento de redes de enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

É criado, em 2004, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), forjado durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que tinha como objetivo a consolidação de políticas públicas focadas nas mulheres com vistas à promoção da igualdade e da equidade de gênero, levando em consideração a diversidade racial, geracional, étnica e a orientação sexual (BRASIL, 2004).

Em 2007, com a formulação do II PNPM, consolida-se a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de grande importância para o enfrentamento da violência. Através desse pacto, que inicialmente consistiu em “uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos” (BRASIL, 2011a, p.11), há um fortalecimento das redes de atendimento e enfrentamento da violência contra as mulheres.

No ano de 2011, o pacto passa por uma reformulação, contemplando os seguintes eixos estruturantes: a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para os casos de violência contra a mulher; garantia da segurança cidadão e o acesso à Justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, e o enfrentamento ao tráfico de mulheres e a exploração sexual; garantia da autonomia e da ampliação de direitos às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a).

## **CAPÍTULO III**

### **ENTRE REDES**

Nos capítulos anteriores foram percorridas discussões, as quais, na minha concepção, são necessárias para que possamos compreender a dinâmica das redes sociais acionadas pelas mulheres que foram entrevistadas que serão apresentadas neste capítulo. Antes ressalto a importância de lembrarmos o contexto histórico das cidades e a formação de sua população, bem como a dinâmica de cidades pequenas do Recôncavo da Bahia. Sendo assim, conheceremos agora o perfil das mulheres que participaram desta pesquisa, para posteriormente compreendermos a construção e o acionamento das redes sociais por cada uma no momento de violência conjugal. O roteiro de entrevista elaborado para tal trabalho consistiu em quatro partes, sendo: primeiro, o histórico pessoal; segundo, o histórico familiar; terceiro, o histórico da violência e, por último, a elaboração da rede social no final da entrevista.

#### **CONHECENDO DONA ROSA**

A narrativa de Dona Rosa me ajudou a traçar a construção dos sujeitos, porém ainda não a apresentei de fato. Dona Rosa é uma jovem senhora de quarenta e sete anos, aparentando ser muito mais nova fisicamente e que durante a entrevista, se autodeclarou “morena”. Sua mãe morreu há quase três anos e seu pai, ainda vivo, tem 87 anos. Este, segundo Rosa, veio do sertão da Bahia para a cidade de São Félix, onde formou família e onde nasceram ela e seus irmãos. Tem três irmãos e dois irmãos já adultos, apenas um não mora na Bahia, os demais ou moram em São Félix ou em cidades vizinhas. Teve duas filhas do primeiro casamento e um filho do segundo, hoje tem uma neta, filha de sua primogênita. Rosa estudou até a quarta série, se diz católica e atualmente mora com um companheiro. Lembra que já trabalhou em um fábrica de fumo na região exercendo a função de separar as folhas de fumo, mas, afirmou que atualmente está desempregada e em busca de emprego. Por essa razão, ela afirmou que não tem renda e recebe ajuda de seu filho quando pode.

Rosa contou que todos os dias fala com seus irmãos e irmãs e sempre telefona para o seu pai, que retornou para o “Sertão” depois da morte de sua mãe. Afirmou que as pessoas de sua família costumam se ajudar e, quando perguntada como descreveria sua família, respondeu que sua família é ótima, “minha família é minha vida, meus filhos é minha vida, meus irmãos é minha vida”. Contou também que possui muitos amigos com quem está em constante comunicação, entre eles seus vizinhos(as), com quem conversa todos os dias.

“Eu casei jovem, eu tinha uns catorze anos, tive duas filhas com meu primeiro marido. Meu marido me largou por causa da minha prima, minha prima que me separou, e depois com o tempo ele quis voltar e eu não quis mais”. Após a separação Dona Rosa regressa à casa dos pais e, com dezenove anos, conheceu outro homem que tinha entre quarenta e quatro, quarenta e cinco anos na época, com quem acabou se envolvendo. Aos vinte anos Dona Rosa teve seu terceiro filho.

## **CONHECENDO DONA JOANA**

Dona Joana morava em uma das muitas ladeiras da cidade de São Félix, confesso que não foi muito fácil subir aquela ladeira quase em pé até chegar à sua casa. As pessoas por quem eu passava no meio da subida me indicavam o caminho até ela, que me aguardava no portão acenando. Joana também é uma jovem senhora de quarenta e seis anos, se autodeclarou “morena clara”, nasceu e viveu durante toda vida na cidade de São Félix, estudou até a quarta série e seu status civil é viúva. É a mais velha de cinco irmãos, oito homens e três mulheres. Seus pais, ainda vivos, são trabalhadores rurais, moradores e naturais de São Félix, atualmente são separados devido às situações de violência conjugal vividas por sua mãe e, presenciadas por ela quando criança. Ela teve cinco filhos, sendo três meninas e dois meninos. Hoje, Joana é pensionista aposentada, devido ao trauma que teve em um dos joelhos causado pela violência sofrida; vive com uma renda entre dois e três salários mínimos e, recebe ajuda de seus filhos, quando estes estão empregados. Segundo ela, não é uma vida boa, mas dá para viver, entretanto, quando seus filhos estão

desempregados e não têm como ajudá-la, apenas seu salário não é o suficiente. Ela mora em uma casa própria e é dona de casa.

Segundo Joana, com frequência entra em contato com seus familiares, indo em suas casas ou recebendo visitas, sempre estão juntos quando necessitam uns dos outros, ajudando no que for possível. Joana conta que tem poucos amigos, de quatro a cinco, neste caso, ela difere amizades de pessoas conhecidas. Suas amigas mudaram para cidades no entorno, mas se comunicam com frequência; além do mais, seus vizinhos(as) também são figuras sempre presentes em seu cotidiano. Ela também frequenta uma das Igrejas Evangélicas da cidade, e o pastor e a pastora de tal igreja também estão presentes em sua vida.

“Casei com dezesseis, com vinte e sete fiquei viúva. Morava na roça, e trabalhando na roça. Você sabe que o barbeiro tem tempo que ele tá quieto, tem tempo que tem muitos, [...] o barbeiro mordeu ele e com um ano ele faleceu”. Seu último relacionamento terminou há seis anos, quando seu então companheiro a empurrou na ladeira onde fica sua casa.

## **CONHECENDO CATARINA**

Catarina tem vinte e sete anos, se autodeclarou “parda”, é natural de Cachoeira e sempre morou na cidade. Apesar de seu estado civil ser de casada, Catarina já não se relaciona com o pai de sua filha, com quem conviveu durante cinco anos. Sua mãe e seu pai são vivos e a ajudam no seu sustento e de sua filha, atualmente ela mora com sua mãe. Tem dois irmãos e quatro irmãs, sendo apenas dois filhos do mesmo pai e da mesma mãe. Ela conta que morou a vida toda com sua mãe, o irmão e a irmã, e o pai vinha nos fins de semana, pois morava em outra cidade. Ela destaca que o relacionamento com sua mãe era conflituoso, o que a fez querer sair de casa quando mais nova. Catarina é estudante universitária e atualmente trabalha com reforço escolar na cidade. Quando questionada sobre a frequência de contato com seus familiares, Catarina afirma que habitualmente conversa com seus tios, também moradores da cidade, e esporadicamente vê o irmão e a irmã com quem cresceu. Ela

descreve sua família como desunida. Possui algumas amigas na cidade com quem conversa comumente.

### **CONHECENDO DONA RITA**

Dona Rita tem sessenta e um anos, mora em Cachoeira, mas é natural de Salvador. Tem apenas um irmão, que mora em Salvador, com quem não tem muito contato, sua mãe e seu pai já são falecidos. Ela conta que ainda criança foi morar em Cachoeira, onde conheceu o pai de duas de suas filhas, momento em que veio morar em Salvador. Depois que se separou, retornou a Cachoeira, quando conheceu o pai de sua filha caçula e foi morar com ele em Santo Amaro, porém não deu mais certo. Então, Dona Rita regressou a Cachoeira e, conheceu Francisco, com quem viveu por vinte e dois anos, até que este veio a falecer há oito anos, e atualmente ela se encontra solteira. Suas filhas têm idade de quarenta e um anos, outra com trinta e oito e a mais nova com trinta e um anos. Conta também que tem sete netos e três bisnetos. “Meus familiares são minhas filhas, e meu irmão não tenho assim contato ..., e tenho umas primas que moram em Cachoeira, a gente se comunica”.

Tabela 01: Perfil das Mulheres Entrevistadas

Nome	Cor autodeclarada	Idade que tinha quando começou o relacionamento	Renda	Ocupação atual	Espaço	Escolaridade	Filhos/Filhas
Rosa	“Morena”	19 anos	Atualmente está desempregada	Desempregada	Rural	Antiga quarta série <sup>19</sup>	3
Joana	“Morena Clara” <sup>20</sup>	Entre 30 e 35 anos	De dois a três salários mínimos <sup>21</sup>	Aposentada/Dona de casa	Rural	Antiga quarta série	5
Catarina	Parda	17 anos	Menos de um salário mínimo	Dá aulas de reforço escolar	Urbano	Ensino superior incompleto	1
Rita	Negra	31 anos	Dois salários mínimos	Aposentada	Urbano	Primeiro ano do antigo ginásio <sup>22</sup>	3

A intenção na primeira e segunda parte do questionário teve como finalidade descobrir a configuração familiar das entrevistadas e as pessoas que faziam parte de seu cotidiano no momento atual. Nesta perspectiva, os sujeitos citados pelas mulheres estão imersos em uma teia de relações na qual estão interconectados uns aos outros, não havendo uma hierarquia ou uma pessoa central. Imaginemos uma grande rede de pesca, quando a observamos atentamente podemos notar que ela é construída através de retas (as linhas) conectadas por alguns nós. Agora imaginemos que os nós são as pessoas/sujeitos e as retas/linhas são a relação entre elas. Um nó pode ter várias ligações com outros nós, e esses com outros e assim por diante, por exemplo, um ponto A pode se conectar com um ponto B, que pode se conectar com um ponto C, com quem A não tem ligação, assim como C pode ter uma conexão

<sup>18</sup> Além das categorias de gênero, raça e classe, podemos observar a presença de outras variáveis como a escolaridade, o espaço no qual foram educadas e a geração a que pertenciam quando iniciaram o relacionamento, que também são importantes na formação dos sujeitos e sua posição ocupada no meio social.

<sup>19</sup> Atualmente a quarta série equivale ao quinto ano do ensino fundamental.

<sup>20</sup> Primeiro quero destacar as outras dominações dadas à cor negra, como “morena” e “morena clara” trazidas por Dona Rosa e Dona Joana, que são consequência de uma construção social discursiva da raça, que por não ser polarizada, dá margem a uma longa escala classificatória de cor “cujos pólos extremos são branco e negro, mas que no interior desta escala existem inúmeras denominações da categoria cor, como [...], a categoria mulato, mestiço [...]” (FIGUEIREDO, 2015, p.154).

<sup>21</sup> Desde de janeiro de 2016 o salário mínimo é de R\$ 880,00.

<sup>22</sup> O primeiro ano do ginásio equivale ao sexto ano do ensino fundamental.



com D, com o qual A também se conecta, mas B não conhece. Deste modo, pode haver uma infinidade de ligações dentro de uma comunidade, configurando o que Barnes (2013) irá chamar de rede social total.

Quando agrupamos algumas pessoas dessa rede, a partir de uma determinada circunstância, como por exemplo, a rede construída por pessoas de uma religião ou igreja específica, ou então de um grupo político partidário, ou até mesmo de uma determinada universidade, de acordo com Barnes (2013), estamos falando de uma rede social parcial. O autor continua afirmando que:

Parece-me preferível utilizar o termo 'rede' apenas quando visamos a algum tipo de campo social, pois tem havido muita confusão entre as extrações egocêntricas e as sociocêntricas da rede total. No meu entender, nunca podemos falar de uma rede egocêntrica e, por isso, deverei sugerir termos específicos para as extrações ou propriedades egocêntricas de uma rede. (ibidem, p.180)

Indo na contramão do pensamento de Barnes sobre as redes egocêntricas, Bott (1976) afirma que o termo rede encontra-se preso ao sentido egocêntrico para que seja negado de tal forma. Por rede egocêntrica podemos entender como a construção de determinada rede através do olhar de um único sujeito, que é colocado como centro, ponto de partida, para o mapeamento das relações sociais à sua volta. Neste caso, Bott (1976) propõe que, quando necessário, distinga-se por meio de adjetivação a rede social "total" e a rede social "pessoal".

O que será analisado neste trabalho são redes sociais pessoais, que têm como centro as mulheres que passaram por situações de violência, ou seja, é apenas uma pequena parte da grande rede social total que abarca toda a comunidade. Sendo assim, através de suas narrativas, podemos observar a constituição da sua rede social pessoal e como está foi acionada no momento da situação de violência. A exemplo, durante a narrativa de Dona Rosa, apareceram outros sujeitos, situados fora do seu relacionamento afetivo/conjugal, que assumiram diferentes papéis, como de filhos(as), mãe, pai, irmãs/irmãos, vizinhas(os), e que fazem parte da rede social pessoal de Dona Rosa.

De acordo com Carlos E. Sluzki (1997), em seu livro “A Rede Social na Prática Sistêmica: Alternativas terapêuticas”,

[...] a rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativa ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua auto-imagem (p.42).

Em consonância com este pensamento, José Francisco Campos Vidal (1996) afirma que, a rede constitui uma *“dimensión espacio-temporal del sujeto, su territorio psicossocial, un tejido de vínculos que representa sus sistemas afectivo y de comunicación, el área de ‘los otros significativos’”* (p. 31), podendo ainda agregar novas relações ao longo do tempo. Desta forma, para o autor, a rede social pessoal apresenta um valor cultural conferido através de um sentimento de pertença a um grupo, e conseqüentemente, a criação de uma identidade; e um valor estrutural e funcional pela possibilidade de oferecer apoio e enfrentamento de problemas quando um de seus membros necessita.

## **CONHECENDO OS PROBLEMAS**

O espaço doméstico tornou-se há muito tempo um lugar perigoso para as mulheres. Um lugar que deveria ser de segurança e acolhimento, torna-se um local de brigas, agressões e sofrimento. Entretanto, apesar de configurarem como violência conjugal, cada história, cada narrativa traz consigo singularidades no relacionamento e na forma de violência sofrida. Barbara Musumeci Soares (2012, p.193) afirma que, quando falamos de relações íntimas entre um casal “as experiências de violência são vastamente diferenciadas, tanto na forma, na intensidade e na frequência, quanto nos contextos, nos significados e nos impactos que produzem”. A autora crítica a noção genérica que se tem de violência conjugal e a reprodução da dicotomia mulher passiva e dominada versus homem agressor e dominador.

Contudo, Soares (2012) ressalta que tal questionamento não significa negar a existência de uma vulnerabilidade feminina frente à violência doméstica,

nem as desigualdades nas relações de gênero, ao contrário, admitindo as diversas faces da violência, pode-se melhor compreendê-la e solucioná-la. Nesta perspectiva, trarei a narrativa das mulheres sobre a situação de violência passada durante o relacionamento conjugal, para que posteriormente possamos desvendar de que modo as redes sociais pessoais de apoio foram acionadas nessas ocasiões.

Nos conhecemos quando eu tinha dezessete anos, ele era professor de catequese na igreja católica. No primeiro momento não tivemos assim, simpatia, aí fomos nos conhecendo melhor. Não sabia do passado dele, que ele já tinha passagem pela polícia por agressão também, só que contra a sobrinha, e eu não... na época eu não me lembrei disso. Não me lembrava na verdade. E aí nos conhecemos, passamos a namorar e depois de dois anos e meio, também assim por parte desses conflitos em casa, eu quis sair de casa, quis ser independente né? Fiz toda uma lógica de planos, só que aí eu acabei engravidando aos dezenove anos, tive minha filha aos vinte. Logo depois que ela nasceu, quatro meses depois as agressões começaram. Primeiro com agressões verbais mesmo, xingamentos, depois tapas, murros, socos, pontapés. E aos vinte e um anos eu ingressei na faculdade e aí as agressões se tornaram constantes. O que eu pude perceber é que ele ficou inseguro por eu estar em um grupo de amigos, tá envolvida com outras questões, com outras pessoas; e ele dizia que eu estaria me relacionando com professores, com meus colegas. Pediu também pra eu abandonar a faculdade, e aí eu não aceitei e as agressões foram constantes, foram crescendo cada vez mais! E contadas mesmo que eu me lembro, foram seis agressões! Depois de quatro anos eu resolvi, depois da última agressão eu resolvi tomar medidas... tomar decisões. Eu fui fiz o corpo de delito, fiz a queixa, fiz o corpo de delito e aí o processo está rolando na justiça. (Catarina)

Durante a fala de Catarina pode-se notar que as agressões sofridas não foram apenas físicas, mas também verbais, que ficaram mais constantes quando ela se negou a abandonar a faculdade e os estudos. Saffioti e Almeida (1985) colocam que o exercício da violência pode ser o resultado da raiva reprimida, como também do sentimento de impotência perante determinadas situações. Assim, continuam as autoras, tanto homens quanto mulheres e até mesmo crianças são passíveis de ações violentas, entretanto, os homens, devido à sua

socialização, pouco foram acostumados a lidar com situações que pusessem em xeque o poder que lhes foi conferido socialmente. Catarina continua,

ele tinha ciúme de meu irmão, tinha ciúme de meu cunhado, tinha ciúme de meu primo, ele ficava regulando a hora que eu ia e votava da faculdade, tipo: se a aula acabasse cinco horas e eu chegasse cinco e cinco em casa já era confusão, já era brigas, xingamentos, quando não era assim, ele ia pro portão da universidade ficava lá me olhando. Entrava, olhava em sala em sala, perguntava por mim, “você viu fulana?”. Tínhamos uma amiga em comum e aí ele sempre ficava perguntando a ela “e como é o comportamento dela na sala?”, “ela senta com quem?”, “do lado dela tem homem?”, “vocês tem muitos professores homens?”, “como é o comportamento dela em relação aos professores?”, “você já ouviu alguma conversa suspeita?”, “ela fica sozinha na sala com o professor?”. [...] Então, tudo o que ele podia fazer pra me atrapalhar ele fazia, por diversas vezes eu pensei em trancar a faculdade, abandonar mesmo! Teve vezes dele sair e me trancar em casa, chegar horas depois e ter passado do horário de ir pra faculdade, “ah eu sai, fechei a porta”, “ah esqueci levei a chave” ou ele que tinha que ficar com a menina de tarde, ué era a folga dele! Ele saía vinha tarde da noite, “Ah esqueci”, “Ah surgiu um contratempo, não sei o que”

Percebe-se que o ciúme exacerbado, o controle do horário em que Catarina saía da universidade, os esquecimentos propositais dos dias estipulados para cuidar da filha e trancá-la em casa para que não saísse, fizeram parte de um jogo psicológico repressivo, que surtiu efeito quando Catarina pensou por diversas vezes na possibilidade de abandonar os estudos. Neste contexto, o ciúme faz parte de uma lógica onde o homem se relaciona com a mulher como se esta fosse uma propriedade dele, e devido a isto tem o direito de controlar os horários, o ir e vir, e até mesmo o direito de dizer com quem a mulher pode ou não conversar.

Ela conta que durante os momentos de agressão escutava de seu marido que estava apanhando por não obedecê-lo e não ocupar o lugar destinado a uma mulher, “você é rebelde”, dizia ele. Como exposto no capítulo anterior, em uma sociedade patriarcal os homens desempenham o papel de educadores para com as mulheres sobre a sua guarda, aquelas que por algum motivo desviam das normas e não cumprem as obrigações que lhes foram designadas por serem mulheres, podem ser punidas por quem se encontra em uma posição superior à sua. A legitimação desta conduta é naturalizada de tal maneira que as próprias mulheres a reproduzem, como por exemplo, a mãe de Catarina, que por diversas

vezes lhe pediu paciência e a culpava pelas agressões sofridas, justificadas na sua desobediência às ordens do marido.

Eu sofri quatro [tipos de violência], a física, a moral que eu era acusada a todo o momento que eu traía ele. Teve uma vez mesmo que eu estava na faculdade, passei a tarde toda na faculdade, quando foi a noite que eu cheguei em casa, ele chegou transtornado, me bateu e disse que eu estava... que eu fiquei a tarde toda com um homem lá dentro de casa, disse que eu fazia rodízio de homem, disse que ficava assim a filhinha na porta e toda hora um entrava e saía do quarto, eu fiquei assim “meus Deus, esse homem deve tá precisando de tratamento psicológico!” A violência sexual eu nunca sofri porque eu criava estratégias. Ficava com tanto medo, tanto medo, que eu acostumei minha filha a dormir entre a gente né? E como ela dormia de madrugada, quase de manhã, então ela ficava na cama brincando, eu com ela ali, então isso tudo impossibilitava ele chegar perto de mim. Amamenteei minha filha também quase três anos, então tudo estratégias pra que ele chegasse perto de mim o mínimo possível, porque... um nojo que até hoje eu sinto dele. E uma vez ele tentou me estuprar, só que aí eu corri por duas vezes, uma vez eu corri me tranquei no banheiro, ele tentou arrombar a porta e não conseguiu, e outra vez chegou umas pessoas lá em casa, aí também ele não conseguiu. E assim quando era folga dele e ele estava em casa e eu não ia pra faculdade, tipo férias, eu ia pro jardim, eu saía de casa, não queria ficar com ele, não queria, de maneira nenhuma.

Para Michel Foucault (1998, p.175), “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”, além do mais o poder é também uma relação de força, sendo assim, de acordo com Saffioti (1992, p.185), “as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados”. Entretanto, a subordinação feminina no espaço doméstico, por exemplo, para a referente autora, “não significa ausência absoluta de poder” (p.184), há poder no lado do dominador e do dominado, mas com doses diferentes. Em outras palavras, as mulheres não são totalmente destituídas de poder, mas em alguns momentos e espaços exercem um determinado poder ainda que pequeno quando comparado ao poder masculino. O exercício desse poder é visível nas narrativas sobre a violência conjugal.

Longe da imagem de mulheres passivas, Catarina demonstra que criava estratégias de enfrentamento à violência sofrida, como sair de casa e fazer

outras atividades com sua filha, longe do ambiente doméstico, quando o marido estava em casa, e até mesmo acostumou sua filha a dormir entre os dois na cama. Sobre isto, Saffioti (2001) ponderou que “as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros” (p. 120-121), mas sempre haverá resistência ao poder exercido pelos homens.

Diferentemente do caso de Catarina, a história de Dona Joana é marcada por um único episódio de violência que deixou sequelas físicas para o resto de sua vida.

Começou porque eu fiquei viúva, tive um relacionamento com um rapaz solteiro e aí a gente se separou. Ele casou com outra, e depois de cinco anos me envolvi com outro também solteiro, o qual a gente foi morar junto e depois de mais cinco anos, ele arranhou outra. E aí ele largou, desistiu da outra, e a outra veio e me falou. [...] Na virada do ano, ela veio me falar! Ele chegou de viagem, que ele trabalhava fora, ele chegou e aí eu fui perguntar a ele. Ele não gostou e a gente começou a discutir, a brigar. Aí ele me deu um tapa, me “encarguelou”. A gente saiu aqui pro lado de fora. A gente começou a discutir aqui, por causa disso mesmo, dessa amante que ele achou. Ele estava com ela e de repente largou. Ela veio me falar, eu fui perguntar a ele, a gente começou a discutir aqui, aí ele me deu um tapa e um empurrão. Eu caí lá embaixo, descendo a ladeira. Caí lá embaixo! Quebrei o braço, bati a testa, “formou uma laranja”, fiquei com o rosto todo preto, e esbagaçou o joelho. Perdi a rótula e a cartilagem. Aí hoje eu tenho sete parafusos e uma placa. A perna ficou mais curta, um centímetro e vinte e cinco milímetros e ficou torta e atrofiou a perna. Aí eu sofri muito, levei três meses em cima da cama, fazendo tudo o que você imagina em cima da cama. Aí depois tirei o gesso, que eu levei três meses com o gesso. Dentro de um ano eu fiz três cirurgias; aí fui pra cadeira de rodas. Levei um ano ou mais na cadeira de rodas, depois eu fui para as muletas, levei uns dois anos na muleta; que ele [o médico] não me tirou da muleta, fui eu quem saiu da muleta. Fui eu quem decidiu não andar com muleta. Aí estou aqui, já fez seis anos, na virada do ano fez seis anos, do dia trinta e um para o dia primeiro. Isso aconteceu em 2010! (Dona Joana)

Com o olhar tristonho, Dona Joana me contou sobre a depressão que enfrentou após sua saída do hospital, relatou que a pior parte de todo o processo de recuperação foi a perda de sua autoestima e da vontade de viver. Ela disse ainda que, devido ao trauma sofrido na perna teve que se aposentar e foi proibida de trabalhar na roça, coisa que ela tanto gostava de fazer, lembra que “plantava

tudo! Milho, amendoim, tudo o que você imaginar. Fazia beiju, farinha, essas coisas, farinha de tapioca, tudo, tudo, mas agora .... Aí agora eu estou vendo que não tem jeito mais”. Continuando, refletiu sobre as sequelas físicas e emocionais decorrentes da violência cometida pelo ex companheiro:

Ai eu fiquei..., um lado todinho atrofiou, todinho, todinho, todinho. Que dizer isso pra mim é ... a gente fica aos pedaços, porque é uma pessoa que você não espera, e você não fez nada de errado. E quando a gente faz algo de errado, a gente mesmo se condena. Mas, eu não tenho como me condenar porque eu não fiz nada de errado! Isso me consome mais ainda. Porque se fosse um acidente, se tivesse caído de moto, se fosse acidente de um carro, entendeu? Bicicleta. Se eu escorregasse e caísse, seria ... você enfrenta as coisas naturalmente, mas da maneira que aconteceu. Só Deus mesmo pra arrancar isso da gente, porque é difícil, é difícil viu? Pensa que nós mulheres somos propriedades dele, eles querem..., fazem da gente um objeto. Quando quer, quer! Quando não quer, não serve pra mim nem para os outros deixa eu esbagaçar né, tenho que destruir, porque não serve nem pra mim nem para os outros mais. Porque tem coisa que você não quer e joga no lixo e vem alguém e pega pra reciclar. E nem isso ele deixou para alguém poder reciclar, e hoje o que que acontece, hoje eu chego na diante do espelho, meu Deus me sinto a mulher pior que existe, porque a gente não espera isso. Seu corpo fica danificado, e a mente principalmente. Quando ando hoje, eu ando mancando. Quando uma pessoa olha pra você ... tá olhando pra mim porque eu estou mancando. Se a pessoa olha pra você, dá um bom dia, dá um sorriso, você diz “oh tá criticando!”. Aquilo fica na mente, corroendo você. Corrói, aquilo corrói dentro da gente, é muito difícil. O homem não tem noção do estrago que ele faz na vida de uma mulher. [...]E até hoje pra muita coisa eu dependo dos outros, ai fica difícil. Você depender dos outro pra tudo, uma coisa que ... não foi um acontecimento, pra mim foi planejado, porque se uma pessoa pega, empurra você de um paredão, de uma ladeira, de uma escada, de algo assim, ele sabe o que vai acontecer, sabe que é perigoso. É igual você brincar com fogo, você sabe que pode se queimar. O problema é esse. E até hoje eu não estou bem, seis anos, e até hoje não estou bem, não estou bem mesmo!

A violência praticada demonstra mais uma vez uma relação de poder, que a própria Dona Joana visualiza, “pensa que nós mulheres somos propriedades dele, eles querem..., fazem da gente um objeto”. Dona Joana lembrou o processo de superação física e emocional, desde sua saída da cama para a cadeira de rodas, e a vitória de conseguir andar hoje sem as muletas. Tal violência reverberou em episódios de insônia, de ansiedade, de isolamento

social e angústia para Joana, ela contou ainda que passou a sentir “ódio” da filha que tinham em comum, por ela se assemelhar ao pai fisicamente e na personalidade.

O próximo caso é o de Dona Rita. Assim como Catarina, eu já a entrevistara anteriormente e retornei para que, desta vez, falasse um pouco mais sobre sua rede social pessoal. Para minha surpresa, na segunda entrevista, enquanto lhe perguntava sobre as pessoas que estavam à sua volta no relacionamento violento, ela me disse que não tinha vivido nenhuma violência e que nem gostava de assistir nenhum tipo de violência ou agressão. Percebi então, que a violência a que se referia era a violência física, então lhe perguntei sobre os maus momentos vividos na sua última relação. A todo momento ela reafirmou que Francisco era uma pessoa boa, que de tudo fazia por ela e que todos gostavam, mas ele tinha um problema, a bebida! Seguem, a seguir, trechos da primeira entrevista realizada com ela durante a pesquisa empírica para o trabalho de conclusão de curso na graduação:

Assim, antes no final de semana, dia de sexta feira, ele vinha me ajudar aqui na limpeza da escola, aqui era carpete, a escola toda, ele varria o carpete todo. Quando todo mundo saia, seis horas, ele vinha, ele ficava ali. Ele me ajudava com tudo aqui, [...] ele varria tudo, o resto eu fazia entendeu? Mas quando bebia minha filha... Era no início era assim, durante assim uns dois ou três anos entendeu, pense numa pessoa [...] aí depois daí começou a beber, a me maltratar, quer dizer assim, a me xingar entendeu? E aí foi muito sofrimento, tinha vez que eu queria ir embora, eu não podia ir, eu ia pra onde com Luana? Muita coisa eu aguentei porque eu estava com a minha filha ali entendeu? E eu não tinha, o salário não dava pra pagar uma casa. Casa aqui em Cachoeira é um absurdo, não dava, eu não tinha pra onde ir. Sofri muitos, muitos anos dele assim. Só teve uma vez que ele me agrediu, ele me bateu, me deu um tapa.

Nisso eu fiquei, eu morei com ele vinte e dois anos, eu fiquei separada um ano e meio. Eu já imaginava, quando eu chegava que ele estava lá dormindo, escornado, era uma benção, mas quando não [...] ele me xingava de tudo ... me arrasava. Eu chorava, eu chorava, chorava, mas eu não tinha coragem de largar. Eu queria ir embora, mas eu não tinha coragem de largar ele. Eu dizia ir pra onde? Por que eu sempre fui fraca entendeu. Ir pra onde? Eu não tenho pra onde ir!

E ele ficou doente, de beber tanto, beber, beber, beber, [...] eu fiquei quatro dias no hospital com ele sabe, mas ele me dizia assim, “Oh Rita, eu vou sentir morrer e lhe deixar!”. Aí nos quatro dias... ele morreu assim nos meus braços. [...] E aí eu fiquei depressiva, eu fiquei e continuo depressiva!



Tanto na primeira entrevista quanto na segunda, Rita culpa a bebida pelas agressões cometidas pelo companheiro, que quando sóbrio, costumava exaltar suas qualidades, “ele dizia que nunca foi tratado tão bem em casa” e afirmava que a amava. Tânia Cunha (2007), afirma que a maioria das mulheres que justificam as agressões sofridas devido ao alcoolismo do companheiro, consideram o álcool como algo “externo” que ataca e transforma um sujeito bom e amoroso em uma pessoa violenta. Joana e Rosa falam em suas entrevistas, que seus ex companheiros “nem bebiam”, como se de alguma forma a bebida pudesse justificar a violência sofrida. Sendo assim, se não bebiam a violência que sofreram não tinha justificativa. Saffioti (1997), afirma que o alcoolismo não é responsável pela violência, pois em muitos dos casos o homem pratica a violência sóbrio, assim a bebida acaba sendo mais um pretexto para as agressões.

A violência psicológica vivida por Dona Rita através dos xingamentos, também aparece no relacionamento de Dona Rosa, que sofreu com a violência física e a moral. Rosa conta que um dos momentos em que sofreu violência foi quando decidiu trabalhar e quando chegou do trabalho foi agredida por seu marido, pois este não queria que Rosa trabalhasse fora de casa. “Aí eu disse, então tu vai me bater todo dia porque eu vou trabalhar”. Em diversas vezes seu filho mais novo presenciava as brigas dentro de casa,

Ele [o filho] vinha andando assim ... quando via o pai discutindo comigo, ele saía me empurrando, me empurrando, me empurrando, onde tivesse uma cadeira ele me empurrava pra eu sentar, ele vinha e sentava em meu colo, falava assim ‘eu vou sentar no colo dela, que eu protejo ela pra ele não bater nela’, mas só que ele não respeitava, por cima da cabeça do menino mesmo ele batia no meu rosto, assim mesmo. [...] Botou a arma na minha cabeça, meu menino tinha cinco anos, ele aí começou a discutir mais eu, arrastou a arma, botou na minha cabeça, aquele menino ali se jogou na frente, ‘não mata mamãe não papai’, aí ele ‘oh sua miseravi ...’, me xingando aqueles nomes brabo, ‘oh sua assim, assim, viu. Tu tem que amar bem esse filho, que você não morreu agora agradeça a esse filho que você tem! Se não fosse esse filho tu ia morrer agora, tu tem que amar bem ele, ele que ti salvou!’.

O filho de Dona Rosa além de presenciar a violência, em alguns momentos assume o papel de “protetor” de sua mãe, tentando por diversas

vezes a defender das agressões perpetradas por seu pai. Rosa comenta que tinha receio de seu filho desenvolver traumas devido tudo o que presenciava dentro de casa, e diz que hoje “dá graças a Deus por seu filho ser um homem bom”. De acordo, com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres (2011, p.17), cerca de “66% dos filhos presencia a violência e 20% sofrem a violência junto com a mãe”, o que demonstra que a violência conjugal não afeta apenas as mulheres, mas também seus filhos(as).

### **À PROCURA DE APOIO**

A rede social pessoal pode ser dividida ainda em dois eixos: redes primárias e redes secundárias. Tomando como base a definição de Maria Angela Maricondi e Maria Luísa Pereira Ventura Soares (2010, p.75), podemos compreender as redes primárias como aquelas constituídas primeiramente “pela família que nos gerou, ou que nos acolheu, seguida pelos parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, enfim, todos os nossos relacionamentos pessoais”. Tais redes, segundo Antônio Sérgio Gonçalves e Isa Maria F. Rosa Guará (2010, p.22), “são tecidas no cotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio, convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam”. Neste caso, as relações vivenciadas são relações de reciprocidade.

Por conseguinte, a família aparece como um elemento principal para a constituição de uma rede social primária, mas o que se entende por família? Conforme Cynthia Sarti (2005), tem sido difícil delimitar o que é família e o que não é família devido aos processos histórico-sociais e às novas descobertas tecnológicas, como por exemplo, a invenção do anticoncepcional para as mulheres. Segundo a autora, “as intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana introduzem uma tensão no imaginário social, entre o caráter ‘natural’ atribuído à família e a quebra da identificação com essa natureza” (p.23) produzida pela tecnologia. Sarti afirma que tais mudanças foram responsáveis por uma abalo no dito “modelo de família” que tem como base a herança biológica, tornando as definições de família mais flexíveis. A autora, então,

observa que para as famílias pobres<sup>23</sup>, “a noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações” (p.33).

As redes secundárias<sup>24</sup> formais são compostas “por instituições sociais de existência oficial e estruturação precisa que desenvolvem funções e serviços específicos” (MARICONDI; SOARES, p.75) para a população, a depender de suas necessidades, como por exemplo, escolas, igrejas, creches e, no caso da violência contra as mulheres, podemos incluir as DEAMS, os CRAMS, CREAS, CRAS, etc....

As redes podem exercer determinadas funções, como por exemplo: companhia social, quando os sujeitos presentes na rede prestam solidariedade através da sua presença, em alguns momentos; apoio material ou de serviços, colaboração por meio de ajuda material ou até mesmo financeira e, prestação de serviços diretos; acesso a novos contatos, fazer a intermediação entre pessoas das diferentes redes que participa; regulação social ou controle social, atua por meio de um controle de papéis e atividades que cada pessoa deve exercer, contribuindo para a resolução de conflitos dentro da rede; guia cognitivo e de conselhos, compartilhamento de informações pessoais e sociais; e o apoio emocional, que atua na recuperação da autoestima, de modo compreensivo e sensível frente às fragilidades emocionais do outro (SLUZKI, 1997; VIDAL, 1996).

Neste sentido, é comum que grande parte dos sujeitos recorram à sua rede social pessoal quando encontram algum obstáculo ou enfrentam algum tipo de problema, emocional, físico e/ou material. A violência conjugal é um problema que não afeta somente a mulher que a vivencia, mas a toda rede da qual faz parte. Durante a entrevista procurei identificar o momento em que as mulheres

---

<sup>23</sup> Tavares (2010) observa que entre as famílias das classes populares há maior propensão para a formação de redes de solidariedade, que contribuem para a sobrevivência do grupo doméstico, embora os laços nem sempre se estabeleçam pelo parentesco, ao contrário do modelo de organização nuclear de classe média, influenciado pelas ideologias individualistas.

<sup>24</sup> Há entre as redes secundárias aquelas denominadas de informais, redes secundária do terceiro setor, redes secundárias de mercado que não cabem agora neste trabalho. Ver, por exemplo, MARICONDI; SOARES (2010) e ABREU (2003).

acionaram sua rede de apoio através da seguinte pergunta: “Você contou para alguém?”.

No início eu contava para minha mãe, mas pelo fato de eu não obter ajuda naquele momento, eu deixei de contar e contei a algumas colegas da faculdade na época. Elas me deram bastante apoio e falaram da importância de eu denunciar essa violência. Continuo em contato com algumas dessas colegas da Faculdade, foi um momento assim de desabafo mesmo, de procurar ajuda, apoio, atenção já que eu não tinha isso na família. (Catarina)

Desde a primeira vez que eu sofri agressão, eu procurei minha mãe. ‘Minha mãe eu vou na delegacia eu vou dar queixa’, ‘Não menina, não, pra que? Se acalme ele estava nervoso, você também é nervosa, você é rebelde, é problemática, calma que tudo vai se resolver, ele não vai fazer mais isso!’. Ai chamou ele conversou, ele pediu desculpas e tal, só que ai foi, a segunda, a terceira [...] e ai um dia eu cheguei em casa chorando, transtornada, eu pedi ajuda a minha mãe e minha mãe me negou essa ajuda, porque ela é do tipo que casou tem que viver, feliz ou infeliz, você tem que viver com aquele homem, você não pode ser de outro homem, esses valores dela, assim sabe? (Catarina)

A figura da “mãe” exerce um papel central na rede social pessoal de Catarina. A busca do apoio emocional na figura materna foi a primeira ação para o acionamento da rede pessoal, não encontrando tal apoio, Catarina recorreu a outros sujeitos, que aqui assumem a figura de amigas da faculdade. De acordo com Dutra et. al. (2013), em muito dos casos as mães tendem a reproduzir o discurso dominante e naturalizar a violência ocorrida no ambiente doméstico, o que resulta, como no caso de Catarina, na falta de apoio para o desvencilhamento do relacionamento violento.

Contei muito, meus vizinhos tudo!! Quantas vezes meus vizinhos me tirava dele me batendo ... muitos vizinhos! Oxente, meus vizinhos me tirou muito! Quando meu filho era menor, meus vizinhos que me socorria. É! Teve uma vez que um vizinho lá arrombou foi a porta, pra poder me tirar dá mão dele, que a porta fechada e ele me batendo. Torcia meu braço, ficava torcendo meu braço até eu sentar no chão, quando eu não aguentava eu sentava de dor ... foi, meu vizinhos! Sabia, minha família, oxente, uma vez ele invadiu a casa do meu pai, bateu na minha mãe, bateu em meu pai, foi! Empurrou minha mãe da escada, minha mãe quebrou a perna! Eu estava com quatro meses que eu tinha

ganhado meu filho, aquele menino ali, Fernando, quatro meses!  
É minha fia eu sofri muito! (Dona Rosa)

Meu pai me deu dinheiro pra eu ir embora, minha mãe me dava dinheiro, meus vizinhos me davam dinheiro, 'Toma Rosa o dinheiro, vai embora, larga esse homem!', foi no momento que eu fui me embora, quando ele viu que ia me perder mesmo, foi quando ele deu queixa de mim no fórum e tomou a guarda do menino, aí eu tive que voltar e aguentar tudo aquilo pra criar meu filho [...] (Dona Rosa)

Na rede pessoal de Dona Rosa temos uma configuração diferente, além do grupo familiar com quem contava, como mãe, pai e irmãs, aparecem outros sujeitos, vizinhos e vizinhas que, como ela afirma acima, várias vezes a “socorreram” nos momentos de agressão física. Observa-se também, que além do apoio emocional, Dona Rosa recebeu ajuda financeira para que fosse embora do lugar onde vivia e se desvencilhasse daquela violência. Entretanto, uma questão crucial para que esta não conseguisse ir embora, era a preocupação e o compromisso que ela tinha com o seu filho, que fica explícito na narrativa que reproduz de sua conversa com ele: “se seu pai não me matar, eu vou ti criar, e quando eu ti criar, quando tu completar idade, eu vou viver minha vida, eu largo teu pai e vou viver minha vida!”

A construção social sobre a maternidade confere às mulheres o dever de cuidar e zelar por seus filhos independentemente de qualquer situação. Isso pode ser visto na história de Dona Rosa, que aguenta o relacionamento violento para poder criar e educar seu filho, pois não poderia ir embora com seu filho já que não tinha sua guarda. Tanto que, quando este fica maior de idade, Dona Rosa consegue se livrar do relacionamento. A preocupação e a obrigação de cuidar e proteger os filhos não aparece apenas na história de Dona Rosa, mas também nas histórias de Rita, Catarina e Joana, que relataram a preocupação de não ter para onde ir com suas proles, ou ter que superar a depressão pois os filhos precisavam de sua presença e cuidados.

Já Dona Rita, em sua primeira entrevista, quando questionada se alguma vez tinha denunciado o companheiro, respondeu que não denunciou porque apenas uma vez, durante todo o relacionamento, sofreu violência física por parte de seu companheiro.

[...] na única vez que ele me bateu, ele me deu um tapa e me xingando, aí eu fui correndo pra casa da minha tia e essa minha prima queria me levar em Feira<sup>25</sup> mas eu não... eu não fui sabe? Não fui, foi daí que eu sai de casa fiquei um ano e seis meses, mas ele ali, todo dia. Ele tinha o número do meu celular, ficava ligando, não saía dali, dizia aos meus primos que... ficava abusando meus primos, dizendo que eu ia voltar [...], e no final eu voltei mesmo. Aí voltei, mas assim já voltei só foi assim os dois anos, ele ficou melhorzinho entendeu, mas também já ficou doente.

Neste episódio, observa-se que Dona Rita recorre às pessoas que fazem parte de sua rede social primária, como sua tia e sua prima, após o ocorrido e, se nega a ir fazer a denúncia na cidade vizinha. Ela não reconhece a violência psicológica e moral enquanto violência e, quando sofre a violência física, como um tapa, recorre a outras estratégias, como sair de casa e evitar o contato com o agressor, mas não o denuncia. Observem que nas histórias das quatro mulheres aqui trazidas a rede social primária, personificada em tia, prima, amiga, irmãos, etc., é o primeiro campo a que as mulheres recorrem para pedir apoio e acolhimento, ficando a rede social secundária como um segundo espaço que é acessado quando há apoio do primeiro.

Perguntei a Dona Rita se teria falado com alguém sobre os “maus momentos” vivenciados durante o relacionamento.

Falava! Eu falava com uma prima lá em Cachoeira, eu conversava com ela e ela ia lá em casa e brigava com ele; e tem, hoje que ela é falecida, a madrinha de Luana<sup>26</sup>, eu ia muito lá, como até hoje vou, a mãe dela e a irmã dela moram ainda, eu aí convivo muito com elas, porque tem uns três meses que ela faleceu. Mas, tudo, tudo, eu contava a ela, eu falava com ela, eu chorava, eu ia lá chorava me desesperava, mas também quando eu estava bem, eu chegava lá ‘está tudo bem, está tudo alegre’ ... assim, tinha ela pra falar, e ela era evangélica, me levava pra igreja, fazia oração, ia lá em casa conversar com ele, quando ele estava bom ele ainda pedia desculpas, mas era a bebida ...  
(Dona Rita)

Na rede pessoal de Dona Rita podemos observar que ela procurava apoio emocional com sua prima, com quem foi criada; com a madrinha de sua filha mais nova, que por seu intermédio, Dona Rita começou a frequentar a igreja

<sup>25</sup> Feira de Santana é uma cidade próxima, que fica a uma hora de distância de a Cachoeira.

<sup>26</sup> Filha mais nova

evangélica que frequenta até hoje e, depois, ela lembra de uma terceira pessoa, uma amiga que trabalhava na mesma escola que ela, e que também a incentivava a ir para outra igreja evangélica, a qual também frequenta ainda hoje.

[...] ela ainda trabalha, ela também é evangélica, sempre eu ia pra igreja com ela, e ela também se dava muito bem com ele, [...] a pessoa que eu mais conversava também até em relação a ele, o que acontecia. Quando eu chegava triste assim, ai falava, ai ela me incentivava, dava umas palavras bonitas [...] frequentava a igreja evangélica através de Priscila.

A constituição da rede de Dona Joana difere das outras três mulheres entrevistadas, por ser formada no momento em que esta sofre a agressão e continua nos momentos posteriores com os cuidados médicos.

Tive apoio dos meus filhos, tive apoio dos meus pais, meus irmãos. Eles rodavam comigo pra tudo que era lugar, era para Feira de Santana, para aqui pro hospital..., direto! Toda semana eu tinha que ir pro hospital. Meus irmãos me levavam, me traziam. Na maca subia aqui, descia, na maca aqui, na cadeira de rodas ... Tive muito apoio dos meus irmãos. Esses daí foi quem mais estava frequente comigo. Pra médico, pra fazer exame, entendeu? Mas a família toda, todos meus irmãos estavam aqui. Uma mulher [uma das irmãs], ela trabalha na Farmácia da Prefeitura, essa daí vinha todos os dias me ver, todos os dias, ela tem trinta e dois anos. Meus dois filhos também que desciam comigo na maca. Sem falar dos vizinhos né, o motorista da [...] minha irmã as vezes chamava a ambulância pra me trazer, tinha um conforto, era melhor. Os vizinhos também. Nesse bar ai, sempre tinha algum bebendo e tudo mais, estavam concertando ... ai me ajudava a subir. (Dona Joana)

A companhia social foi uma das funções da rede pessoal de Dona Joana, exercida por vizinhas e vizinhos que lhe faziam companhia quando suas filhas estavam na escola. Sluzki (1997), ao discutir sobre como o aparecimento de uma doença no indivíduo pode afetar sua rede social pessoal, como por exemplo, através do afastamento de algumas pessoas que não querem participar daquele momento, ou então devido à falta de mobilidade do sujeito para transitar entre os espaços sociais; a falta de reciprocidade de quem recebe os cuidados para com quem os fornece, etc., pode nos ajudar a compreender a fala de Dona Joana que segue abaixo. Após o trauma sofrido Joana entra em um quadro depressivo, que envolveu a perda da autoestima e a vontade de conversar ou ver outras pessoas.

[...] eu não queria conversar muito. Levei uma época que eu não queria ninguém conversando comigo. As vezes chegava na minha casa eu mandava ir embora, porque eu queria ficar só. Eu não queria que acendesse a luz, eu queria ficar no escuro. Não queria conversar entendeu? Eu passei um tempo assim. As pessoas chegavam na minha porta, as vizinhas e tal, ai dizia 'tá precisando de alguma coisa?', aí eu 'não, vai embora!', não queria conversar muito não. Muita gente vinha conversar comigo, mas as vezes eu mesma botava pra fora, 'vai embora que eu não quero conversa não!', queria ficar só! Como a psicóloga falou pra mim, que eu estava entrando em depressão. De vez em quando eu me debato com essas coisas, eu não gosto de sair, eu não gosto de conversar com ninguém, não gosto de conversar muito. (Dona Joana)

Sluzki (1997) aponta para uma redução na rede social pessoal dos indivíduos que passam por tais situações, todavia, “às vezes também pode gerar novas redes, tais como as que correspondem aos serviços sociais e de saúde” (p.81), como aconteceu com o aparecimento da Psicóloga na rede social pessoal de Dona Joana, mesmo que o acompanhamento tenha durado apenas dois meses. Sluzki (1997) afirma que, “essas redes de serviços adquirem um caráter às vezes central não só por seus atributos instrumentais mas também por sua capacidade de apoio instrumental e emocional substantivo” (ibidem). Nesta perspectiva, a Psicóloga desenvolveu um papel importante para a recuperação de Dona Joana e, é constantemente mencionada por ela. Todavia, cabe ressaltar que o contato com a Psicóloga se dá devido ao fato de sua irmã trabalhar em um dos serviços da Prefeitura da cidade, que por isso consegue com que ela tenha um acompanhamento profissional. Assim, podemos visualizar no depoimento abaixo mais um dos papéis desempenhados pelas redes que é o acesso a novos contatos e à prestação de serviços.

Não pensava que fosse acontecer isso, mas... aconteceu. Ah meu Deus, eu queria morrer, eu queria me matar, eu queria tudo, eu não queria mais viver .... Fiquei mesmo pela graça. Ai minha irmã conversou com a ..., que minha irmã trabalha na saúde, ela é farmacêutica da Prefeitura, ai conversou com o Prefeito, o Prefeito mandou uma Psicóloga aqui. A Psicóloga veio, começou a conversar comigo, e tal, foi que eu melhorei um pouquinho [...] e ela me ajudava muito, era tudo! Os remédios, ela estava lá; na hora de fazer o curativo, que a enfermeira do posto vinha aqui fazer o curativo, ela estava em cima. Ela pegava as gazes, ela pegava soro, ela pegava pomada, ela pegava tudo, em cima, em cima, ajudando entendeu? Aquilo pra mim me matava mais ainda, a tempo de eu dizer vou enlouquecer, até a comida que me davam, não me davam com garfo, não me davam com faca, a carne já vinha cortadinha, e o



copo, não me davam copo de vidro, era caneco, aquele caneco de alumínio. Me davam naqueles caneco. Me dava pra comer de colher, tudo cortadinho pra não me dar uma faca, eu dizia 'se eu pegar uma faca aqui eu me mato', 'se eu pegar um garfo aqui, eu enfio o garfo na garganta', pra me matar mesmo. (Dona Joana)

Sabemos que fazem parte da rede social secundária as instituições que prestam serviços à comunidade. Também foi mencionado em capítulos anteriores a falta de equipamentos para o enfrentamento e proteção à violência contra as mulheres nas cidades de Cachoeira e São Félix previstas na Lei Maria da Penha, como as Delegacias Especializadas ao Atendimento as Mulheres, os Centros de Referência Especializados ao Atendimento as Mulheres, etc., que serviços que compõem a rede de proteção a tais casos. A falta desses serviços nas duas cidades torna mais difícil a situação de mulheres que sofreram violência e que precisam de um acompanhamento adequado, como no caso de Dona Joana que, segundo afirmou, depois da troca de Prefeito na cidade de São Félix, deixou de ser acompanhada pela Psicóloga e não tem condições para recorrer a uma profissional particular.

Sem os serviços especializados, os serviços comuns de atendimento a toda população acabam por receber e acompanhar os casos de violência conjugal e/ou doméstica. As cidades de Cachoeira e São Félix contam apenas com os seguintes serviços para atendimento das mulheres em situação de violência: o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS); os Postos de Saúde; e o Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Entretanto, apenas na cidade de Cachoeira há um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) que se responsabiliza pela maioria dos atendimentos.

Durante a entrevista realizada com a atual coordenadora do CREAS de Cachoeira, ela contou que o Centro atende mulheres e crianças em situação de violência doméstica; idosos sejam homens ou mulheres em situação de negligência; adolescentes em conflito com a lei; pessoas em situação de rua. Para atender tais casos atuam no centro uma psicóloga, uma advogada, uma assistente social, os técnicos de abordagem das pessoas em situação de rua, além dela que exerce a coordenação do Centro, mas também é assistente social

e atende casos. A psicóloga, que também estava presente durante a entrevista afirmou que

[...] são cinco serviços e a demanda é muito intensa, então assim, se nós atendermos cinco casos em um dia, esses cinco casos, eles ocupam a nossa mente numa intensidade de cem pessoas atendidas por mês em uma outra instituição, de saúde por exemplo, porque os casos são muito trágicos, quando a gente pensa que um caso chegou no limite da gravidade, no limite assim da nossa emoção de lidar com essas pessoas, chega um outro caso que supera, de maior gravidade. Então a gente lida com crianças abusadas sexualmente, de todas as faixas etárias, adolescentes, mulheres. O abuso sexual, a violência sexual, é muito frequente nos nossos atendimentos ... é muito grave, que requer um ... muito grande a partir dos profissionais pra lidar com essas pessoas. A questão de violência com idoso também tem muito, são pessoas realmente carentes, que na maioria das vezes estão desprotegidas, vulneráveis .... Tem os adolescente infratores que tem o acompanhamento socioeducativo; os moradores de rua, pessoas com deficiência também. A gente sabe que tem alguns CREAS por ai que acabam não dando conta dos cinco serviços até por conta da equipe técnica, o nosso aqui é de pequeno porte<sup>27</sup> por causa do quantitativo da população, mas assim, a gente atende como se fosse de grande porte pelo volume de demanda que nós temos, teríamos que ter, por essas exigência da quantificação, cinquenta casos. Só que a gente não tem só cinquenta casos há muito tempo!

De acordo com a referida Coordenadora, como não há nenhum equipamento que trabalhe especificamente com os casos de violência doméstica contra as mulheres, o CREAS é único equipamento que trabalha com essa questão, orientando e encaminhando as mulheres para os serviços necessários. Na ocasião, perguntei-lhe para quais equipamentos as mulheres em situação de violência eram encaminhadas:

Normalmente para a delegacia de polícia, porque não temos uma DEAM ou uma delegacia específica. Normalmente para a delegacia de polícia civil. A gente tem essa preocupação de tá

---

<sup>27</sup> Cidades com um número populacional de até 20.000 habitantes são consideradas cidades de Pequeno Porte I; cidades que tem entre 20.001 a 50.000 habitantes são consideradas cidades Pequeno Porte II; aquelas que tem uma população entre 50.001 a 100.000 habitantes, são cidades de Médio Porte; e aquelas que tem uma população a partir de 100.001 são consideradas cidades de Grande Porte. Para as cidades de Pequeno Porte I, II e Médio porte, cada unidade do CREAS têm a capacidade de atender 50 casos (famílias/indivíduos) por mês; já as de Grande Porte têm a capacidade de 80 casos por mês cada unidade.

Ver: BRASÍLIA, Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011. <Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_creas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf)>

acompanhando, ou até indo junto com essa mulher pra ver se realmente esse trabalho de proteção foi realmente efetivado. Enfim, a gente realmente tem essa sensibilidade, não encaminhar ela com um papelzinho, uma ficha de encaminhamento e pronto, não! A gente, muitas vezes, não temos muita condição, nem estrutura pra tal, mas a gente tem essa sensibilidade de tá ... as vezes vai junto mesmo, a advogada é sensível, ela vai junto, ela acompanha, ela liga, ela busca...

Desta forma, podemos perceber que as mulheres que recorrem ao Centro de Referência, embora não deixem de ter um atendimento e um acompanhamento, o serviço encontra-se com uma sobrecarga de atendimentos devido a lacuna deixada pela não existência dos demais serviços de proteção, pois o que seria de competência de um CRAM por exemplo, é encaminhado para o CREAS em conjunto com tantos outros casos diferentes. Assim, verifica-se a necessidade de criação de equipamentos especializados ao atendimento de mulheres em situação de violência. A Coordenadora do Centro conta que,

Em 2013, quando aqui cheguei, estava em média 29 mulheres, ai em 2014 cresceu para 34 mulheres, 2015 baixou o índice um pouco, assim não de procura, mas de mulheres que chegaram mais empoderadas, assim, não totalmente, mas a partir de muito trabalho de sensibilização, de rede de conscientização, que eu entendo que conscientizar o outro é bem complicado, então sensibilização. A gente buscou junto com a Secretaria fazer um trabalho de sensibilização, na rede rural e urbana, em comunidades mais carentes ... e a partir daí a gente compreendeu que essas mulheres..., claro que nem todas se auto conscientizaram pra isso, mas diante do que a gente perceber que em 2013, 2014, o índice só tendia a crescer e em dois mil e quinze ela já vinha aqui com outro olhar, com outra fala, ela já tinha mais coragem de nos procurar, e de buscar uma orientação, ainda com receio, com vergonha, com medo do companheiro, com vergonha do vizinho, do parente e tal ... eu acho que 2015, com todas as dificuldades que elas já enfrentam, elas tiveram mais liberdade de vir aqui, de buscar orientação, em fim... e de passar pra colega, pra vizinha, pra prima, irmã, que existia um CREAS, que a gente não podia muito, mas aqui ela encontravam uma orientação, uma fala, uma acolhida, um apoio para que elas buscassem realmente proteção.

O projeto intitulado “Tenda da Cidadania”, realizado pelo CREAS da cidade de Cachoeira, em conjunto com a Secretaria de Assistência social e o CRAS, teve como objetivo levar informação para as mulheres da zona rural sobre a violência contra as mulheres, as leis e os serviços que poderiam ser acionados nesses casos. A coordenadora afirmou que tal projeto vem ajudando as mulheres a recorrerem aos serviços em busca de ajuda, assim como um maior

acesso à informação faz com que as mulheres que acionam o serviço possam transmitir a informação recebida para aquelas que não conhecem o serviço e precisam de orientação.

O CREAS aparece como uma rede importante na história de Catarina, pois esta após a denúncia recorre ao centro para receber acompanhamento da assistente social, da advogada e da psicóloga, “no primeiro mês eu ia de quinze em quinze dias, ai depois ficou um bom tempo, hoje eu já vou a cada um mês”. Sua filha também precisou ter um acompanhamento com a psicóloga da unidade, pois sofreu com a alienação parental causada por seu pai, após a separação, “esse problema foi tão grande que minha filha ainda não conseguiu superar, resultou em outros problemas, inclusive na escola dela, causou a repetência dela”. Contudo, antes de chegar ao CREAS, Catarina mencionou a dificuldade para realizar a denúncia contra seu agressor na delegacia da cidade de Cachoeira, pois por ser uma cidade pequena e as relações pessoais serem estreitas, contribuiu para um acumpliciamento entre aqueles que conheciam seu marido. Vejamos,

Eu saí, vim ligar pra minha mãe, depois eu liguei pra uma amiga minha que o marido é policial, [...] a gente foi até a delegacia, detalhe a delegada não se encontrava, não estava, não tinha nenhum policial, somente carcereiro, ai ele disse ‘não, vá até o modulo’, nisso eu desci até o modulo, cheguei lá, ainda ouvi sermões de policiais e ai fomos até a casa dele. Chegou lá os policiais ficaram em pé, parado olhando pra ele, enquanto o sargento comunicava a ele que foi até a residência dele busca-lo e ai ele ficou lá argumentando. Ai ele pegou, se vestiu, entrou na viatura, chegou lá na delegacia, não pode registrar a ocorrência de imediato porque estava sem sistema. O carcereiro ligou pra delegada, a delegada disse que não poderia vir porque no outro dia tinha uma consulta médica. Meu ex companheiro ligou, pra uma tia dele, ligou pra um amigo dele, que esse um amigo tem um amigo que é policial civil, e como na maioria de cargos de setores públicos há corrupção, conversaram lá. Não deixaram ele detido, não atuaram flagrante nele, ele simplesmente foi pra casa. Dois dias depois se não me engano, foi que eu consegui fazer esse B.O., porque o sistema ainda estava fora, quando foi na segunda feira, porque eu acho que a agressão foi num dia de sexta, ai quando foi na segunda feira fui até Santo Amaro, fiz o exame de corpo de delito, ai demora, tem toda aquela burocracia, demora pra fazer, pra chegar aqui também. Ai fui lá conversei com o escrivão, o escrivão ainda me deu outro sermão, ele falou que... eu citei que ele já tinha já, em 2003, ele tinha sido preso por agressão a criança, e o escrivão me perguntou ‘e minha filha se você sabia que ele tinha

passagem pra que você... mesmo assim você casou com ele?'. Então assim, as pessoas não acreditam, que as pessoas simplesmente... ou pode dar uma segunda chance, que as pessoas mereçam uma segunda chance, ou que não investiga a vida afundo do outro né pra poder se envolver, é a culpa é minha, é culpa minha como até hoje eu ouço 'ah apanhava porque queria', 'ah apanhava mesmo', 'ah não sabe satisfazer o marido, não sabe obedecer o marido', 'ah tem que apanhar mesmo', infelizmente é a cultura, ainda mais em cidade pequena é bem assim notório.

O relato de Catarina mostra o despreparo da delegacia comum da cidade para atender as mulheres em situação de violência, servindo de instrumento para a reprodução de valores envolvidos na concepção patriarcal e sexista de mundo, e a falta de capacitação dos profissionais no tocante à violência contra a mulher somado as precárias instalações do local, já que por duas vezes Catarina não conseguiu realizar o boletim de ocorrência devido o sistema se encontrar indisponível. Além do mais, o fato de ser uma cidade pequena e todos se conhecerem, propiciou que o agressor acessasse suas redes pessoais e conseguisse ter certos privilégios, afinal é a palavra de um homem, que todos conhecem, contra a palavra de uma mulher, que algo deve ter feito para apanhar. A agressão sofrida e a denúncia realizada por Catarina aconteceram no ano de 2012, até hoje, 2016, seu processo não teve nenhuma definição.

A religiosidade também apareceu como um fator importante para o enfrentamento e superação da situação de violência, transformando as igrejas, nos casos aqui apresentados evangélicas, como mais um integrante das redes sociais secundárias. Sendo assim, as igrejas servem como um apoio emocional e até financeiro, através de figuras como a de pastores e/ou pastoras, de irmãos e/ou irmãs de culto. No caso de Dona Joana por exemplo, tais sujeitos aparecem,

[...] o vínculo mais forte, eu não digo nem forte, eu digo fortíssimo viu. Me ajudou bastante mesmo. O povo da Igreja também, oravam, vinham aqui, me ajudavam muito. Pelo menos umas vinte. A casa não ficava pura. Todo dia tinha gente aqui, todo dia tinha gente aqui. Tinha dias que eu fala 'gente não estou afim de ver ninguém não, não quero conversar com ninguém não, vocês vão embora!', 'nós vamos falar com você, nós viemos ver como você tá. Não adianta você botar a gente pra fora, que a gente vai lhe ver e acabou!'.

Exemplo de atitudes como as das pessoas que frequentavam a mesma igreja que Dona Joana e que foram lhe fazer visitas, prestando sua solidariedade; o cuidado da psicóloga e a atenção prestada para com ela, são atitudes que segundo Dutra e. al (2013), podem ser de fundamental importância para o enfrentamento da situação vivida. Assim como Dona Joana, Dona Rita e Catarina afirmaram ter começado a frequentar a igreja evangélica da cidade em que residem como um espaço que proporcionaria tranquilidade e força para enfrentar os problemas.

Tanto as redes secundárias como as redes primárias foram importantes para o processo de denúncia, para a ruptura da relação e, nos momentos posteriores a estes processos, quando as mulheres se encontravam fragilizadas, debilitadas e até mesmo depressivas.

Já no caso de Dona Joana, ela contou que inicialmente sua família ficou com receio de denunciar o agressor, pois ela passava algumas horas sozinha em casa, devido a isso, somente após dois anos, quando conseguiu sair da cama e ir para a cadeira de rodas, Dona Joana conseguiu prestar queixa. “Aí eu disse ‘não, é muita ousadia, ele tem que saber que a justiça tá aí pra gente se proteger!’. Só que não protege né?”. Ela conta que neste momento foi bem atendida na Delegacia de Polícia Civil de São Félix, e o incentivo dado pelo promotor da cidade foi importante para que continuasse com o processo. Entretanto, a falta de credibilidade na eficácia da Lei faz com que depois de quatro anos de denúncia Dona Joana não tenha mais esperança que seu ex-companheiro venha a ser punido. “Estou aguardando até hoje, teve duas audiências e as duas audiências não foi para lugar nenhum. Estou aguardando, agora que sei ... agora já foi, não vai ter mais nada”.

O mesmo relato acontece na fala de Dona Rosa que antes da criação da Lei Maria da Penha, por diversas vezes tentou denunciar a violência sofrida, entretanto, como seu ex companheiro conhecia o delegado da cidade na época e tinha muitos amigos, de nada adiantava ir à delegacia. “[...] não adiantava eu dar queixa, o delegado me pedia para poder chamar ele, chamava, conversava, a gente conversava, eu ia lá e não resolvia nada né”. Após a separação, a violência contra Dona Rosa continuou por parte de seu ex companheiro, quando este passou a persegui-la para que reatassem o casamento,

E todo dia quando eu descia pro trabalho ele me cercava, ele me cercava, ele me cercava pra eu voltar e eu não queria. Quando ele viu mesmo que eu não ia voltar, ai foi quando ele chegou no momento de me bater depois de separado, ele me bateu, foi! Ali na frente da prefeitura. Ai foi quando um rapaz chegou e me tirou e tirou ele de me agredir, ai foi quando eu fui na delegacia e dei queixa dele. Ai já era outro delegado, ele não tinha muita amizade, ai foi que o delegado intimou ele, ai no mesmo dia ele foi dar queixa de mim também, esse dia estava chovendo, e ele veio em cima de mim, ai foi quando eu quebrei a boca dele também com a sombrinha. Foi quando nós fomos pro fórum, ai foi desse dia pra cá que ele foi intimado, mas não teve a Lei Maria da Penha, não teve nada disso. Acho que foi em 2006 parece, foi em 2007, a lei já tinha, porque foi agora, eu tenho oito anos separada dele! (Dona Rosa)

A violência conjugal ultrapassa os limites do espaço doméstico e toma corpo também no espaço público, assim, por serem espaços inter-relacionais, a violência contra as mulheres não se restringe a apenas um local, podendo acontecer desde o espaço privado, entre quatro paredes, até em praça pública, como ocorreu com Dona Rosa. Como já dito, tal violência não afeta apenas as mulheres como também os sujeitos que compõem sua rede social pessoal, provocando o afastamento de amigas(os), parentes, familiares, e algumas vezes o constrangimento por presenciar tal situação. A ruptura de Dona Rosa do relacionamento afetivo se deu depois que seu filho a defendeu da agressão perpetrada pelo marido. Segundo conta,

já senti essa violência já eu grávida né, já eu grávida, então meu filho, quando eu larguei o pai dele, ele tinha dezoito anos e seis meses, [...] ele veio, foi pra me rumar, meu filho puxou a barra de ferro por detrás dele, ai meu filho deu um nervoso e rebentou o fogão todo! Aí ele quebrou o fogão todo, a raiva, ele descontou todo no fogão, e eu dei graças a Deus né? Porque se ele não fosse o pai dele, ele matava!

[...] aí eu fui embora, não voltei mais. Foi quando meu filho falou 'se a senhora botar o pé voltando, eu boto meu pé saindo. Que eu não aguento mais passar vergonha, meu pai lhe espancando, lhe batendo, lhe humilhando e meus amigos tudo na frente da porta vendo, vendo tudo isso eu que fico com vergonha'.

Percebam que Dona Rosa toma a decisão após seu filho a exigir uma atitude por parte dela e saísse daquela relação violenta. A maior preocupação de Dona Rosa demonstrada em sua entrevista era cuidar de seu filho até esse completar maior idade, por isso teria aguentado todos os anos de violência.

Já Dona Rita, apenas com a morte de seu companheiro consegue se desvencilhar do relacionamento abusivo. Entretanto, ao contrário das outras três mulheres, Dona Rita não culpa seu ex companheiro pelas palavras e xingamentos que foram proferidas a ela, mas sim ao fato deste beber demasiadamente em determinados períodos, pois nos meses que passava sóbrio era uma ótima pessoa e deixava faltar nada. Durante as duas entrevistas realizadas, Rita afirmou que logo depois de sua morte entrou em um quadro depressivo que foi necessário recorrer à ajuda de psicólogo e depois de um psiquiatra, para um melhor tratamento.

Eu antes, eu acho que já quando eu estava com ele já era depressiva e não sabia o que era depressão. Quando ele faleceu aí fui uma vez ao médico ele me disse que eu estava com angústia, aí comecei a fazer o tratamento lá no CAPS em Cachoeira, não, primeiro eu procurei um psicólogo ... na época ele disse que eu tinha que ir toda semana, ele disse que eu estava muito debilitada, aí eu teria que tomar medicação, aí ele não passava ... ai eu fui pro CAPS procurar um psiquiatra pra poder não pagar consulta, e até hoje ... aí eu fiquei mal mesmo, era uma tristeza, porque assim eu, até a época que ele morreu, eu não lavava geladeira, ele que lavava a geladeira ... eu trabalhava, eu chegava em casa, quando ele não bebia, também ele levava um mês, dois meses sem beber, também quando bebia era oito, dez, quinze dias, então eu achava salada, o molho pronto, a mesa posta, ai eu acabava de almoçar ele 'vai descansar' por que ele sabia doze horas, doze e meia eu tinha que voltar [...] então, ele era assim ótimo, mas quando ele faleceu eu senti entendeu ... fiquei ruim, e ficava sozinha. [...] Então assim, eu tive momentos mesmo de ficar mesmo arriada, mas agora eu ... mas eu estou me levantando, não, eu não quero depressão, eu tenho neto, eu tenho filho, eu tenho tanta gente, então eu luto ...

Dona Rita conta que recebeu apoio de suas filhas nesse período, destacando a reaproximação de sua filha mais nova que também mora em Cachoeira, e com quem ela não tinha muito contato durante seu relacionamento, devido a um conflito entre seu companheiro e ela. Outras reaproximações aconteceram, como no caso de Dona Rosa, que teve a irmã e alguns amigos afastados durante seu relacionamento. Em alguns casos esse enfraquecimento de vínculos sociais, acabam por debilitar as redes sociais pessoais no momento em que mais se necessita de apoio. Quando questionada sobre o que mudou após a separação Dona Rosa responde que

Mudou que deixei de apanhar, que apanhava muito, meus amigos aproximou de mim, que meus amigos 'desafastou' tudo,



minhas irmãs aproximou mais de mim, vai hoje na minha casa, que não ia por causa dele, mas agora já vai na minha casa, meu pai vai na minha casa, todo mundo, mudou muita coisa. [...] minhas amigas não podiam ir na minha casa que ele dizia assim 'o que sua amiga veio fazer aqui? Veio trazer recado de homem?' Ele dizia assim. 'Cadê suas amigas? Veio fazer o que aqui? Veio trazer recado de seu macho?' Era assim. Aí minhas amigas nem entravam, só conversava comigo na porta, aí ele dizia assim 'por que suas amigas não entrou?' 'Quando vem assim vem trazer recado dos outros homens'. Aí minhas amigas 'desafastou' também, por causa dele, meus amigos e tudo. E hoje eu estou bem graças a Deus.

De acordo com Sluzki (1997), algumas situações podem causar o enfraquecimento da rede social pessoal, com o afastamento de alguns indivíduos e a perda de contato que antes eram frequentes. Entre essas situações o autor coloca problemas de saúde do indivíduo em questão; a mudança de residência para outra cidade, estado ou país; e um desequilíbrio ou ruptura de um relacionamento amoroso quando tal crise transcende a rede social pessoal, que tende a escolher um lado ao qual apoiar.

Neste sentido, podemos verificar também um enfraquecimento das redes sociais pessoais de uma mulher que se encontra em um relacionamento violento. Como no caso de Dona Rosa, quando algumas de suas amigas e irmãs se afastaram devido o constrangimento causado por seu ex companheiro quando iam lhe fazer visitas. O enfraquecimento de um vínculo também aparece na história de Dona Rita, quando sua filha caçula se afasta devido a conflitos com seu ex companheiro; e na história de Catarina, quando seus colegas de universidade se afastam dela pelas constantes perseguições de seu ex marido a mesma no espaço universitário.

Como contou Dona Rosa, o fim do relacionamento "desafastou", ou seja, reaproximou suas amigas e irmãs, com quem agora tem uma maior frequência de contato, assim como Dona Rita, que após o falecimento de seu companheiro sua filha mais nova se reaproximou, tornando uma pessoa presente em sua vida. Contudo, em alguns casos o enfraquecimento da rede social pessoal e em consequência a falta do apoio desta rede, dificulta a saída da mulher do relacionamento abusivo.

## MAPEANDO AS REDES SOCIAIS PESSOAIS DE APOIO

Ao final de cada entrevista pedi às mulheres que me ajudassem a mapear suas redes pessoais. Inicialmente lhes expliquei como seria a constituição de uma rede e seu formato, posteriormente, com a ajuda de papel e caneta, esboçamos um desenho de suas respectivas redes. Foi questionado nesse momento quais eram as pessoas que estavam ao seu redor e o quão foram importantes naquela situação. Em algumas redes houve o aparecimento de outros sujeitos que não tinham sido mencionados anteriormente. Para a minha surpresa, durante as entrevistas, descobri um sujeito importante em comum entre duas das redes pessoais. O ex companheiro de Dona Rosa já fora casado antes do relacionamento com ela, que também terminou devido à violência perpetrada contra sua esposa e, uma das filhas desse casamento é Dona Joana, que se referiu ao seu pai como um importante apoio na sua fase de recuperação, já que sempre ia lhe ver. Foi um homem que se relacionou violentamente com Dona Rosa e, ao mesmo tempo, foi solidário com sua filha quando esta sofreu violência.

Vejamos então como se constituiu o mapa de cada rede social pessoal.

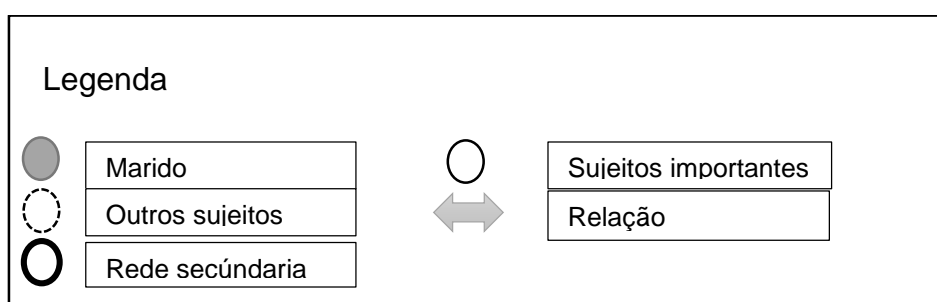
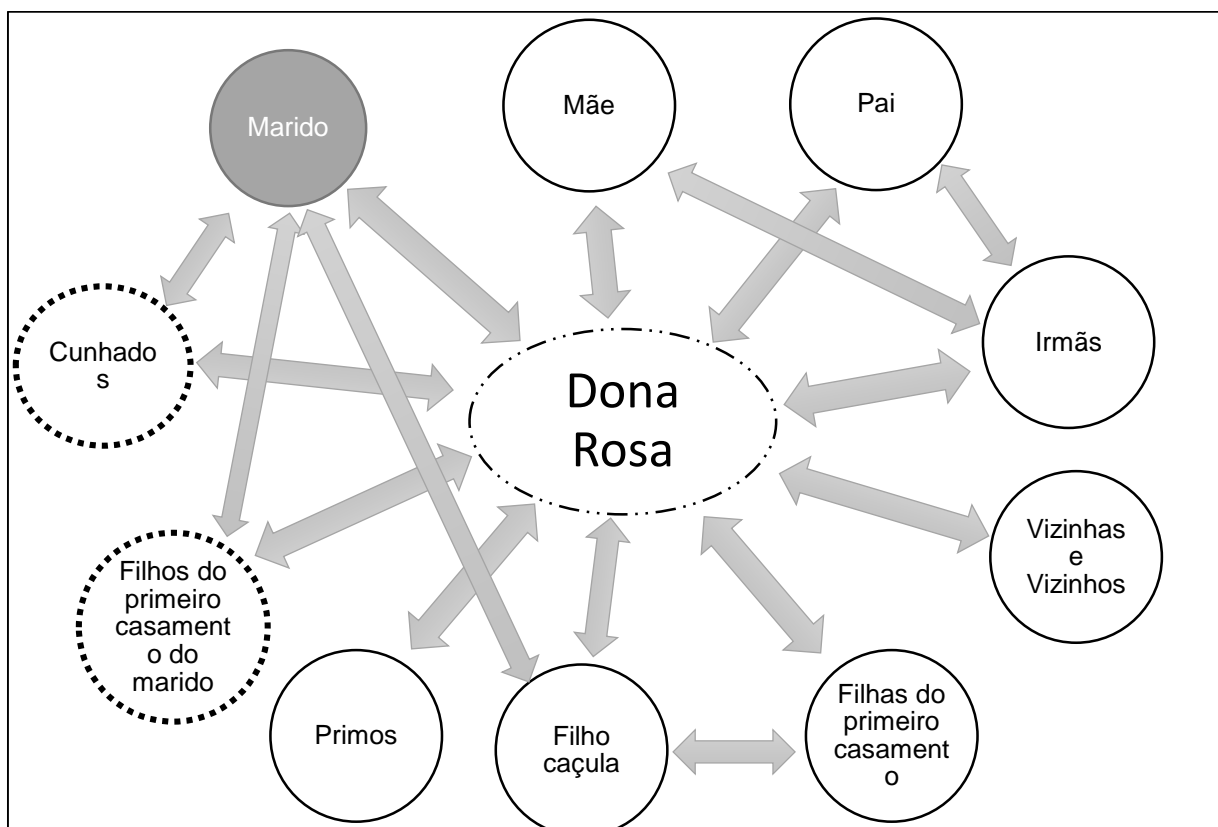
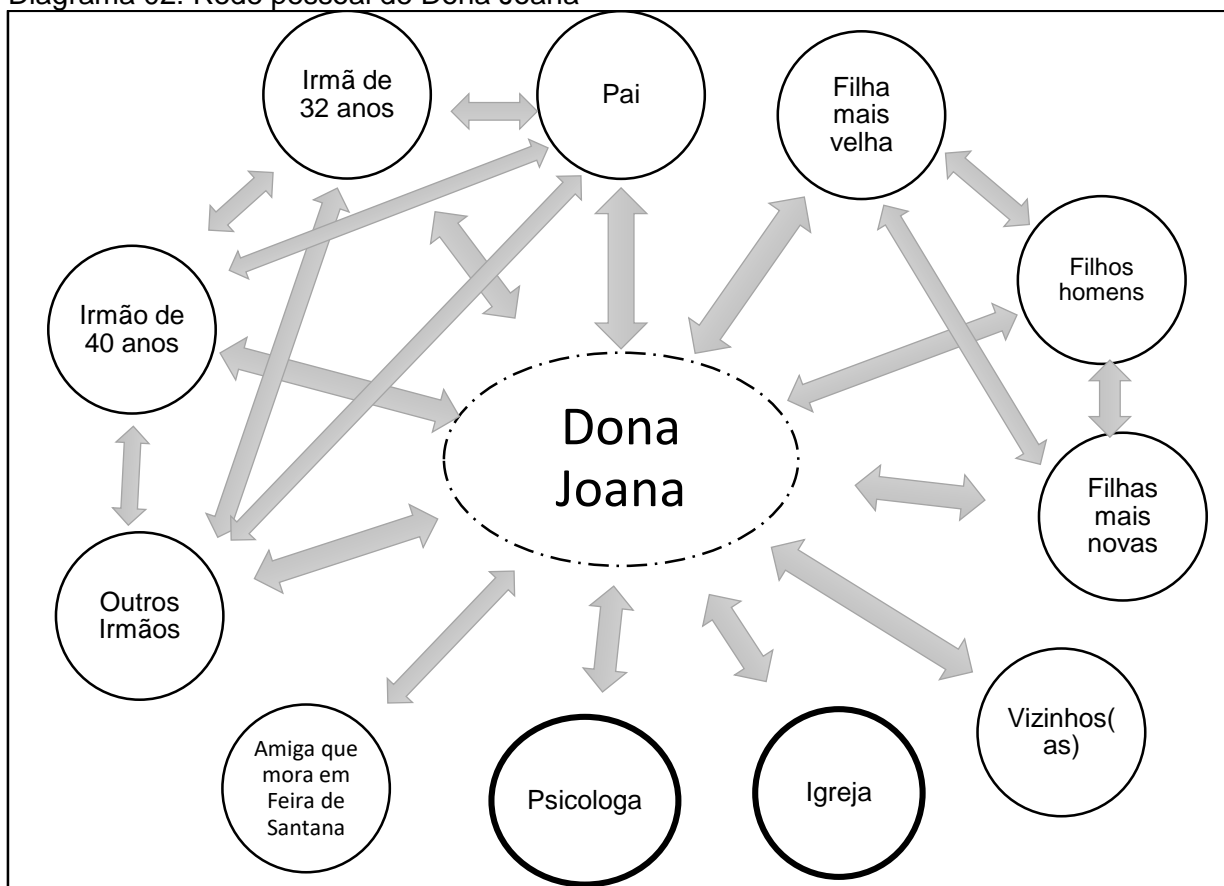


Diagrama 01: Rede Pessoal de Dona Rosa



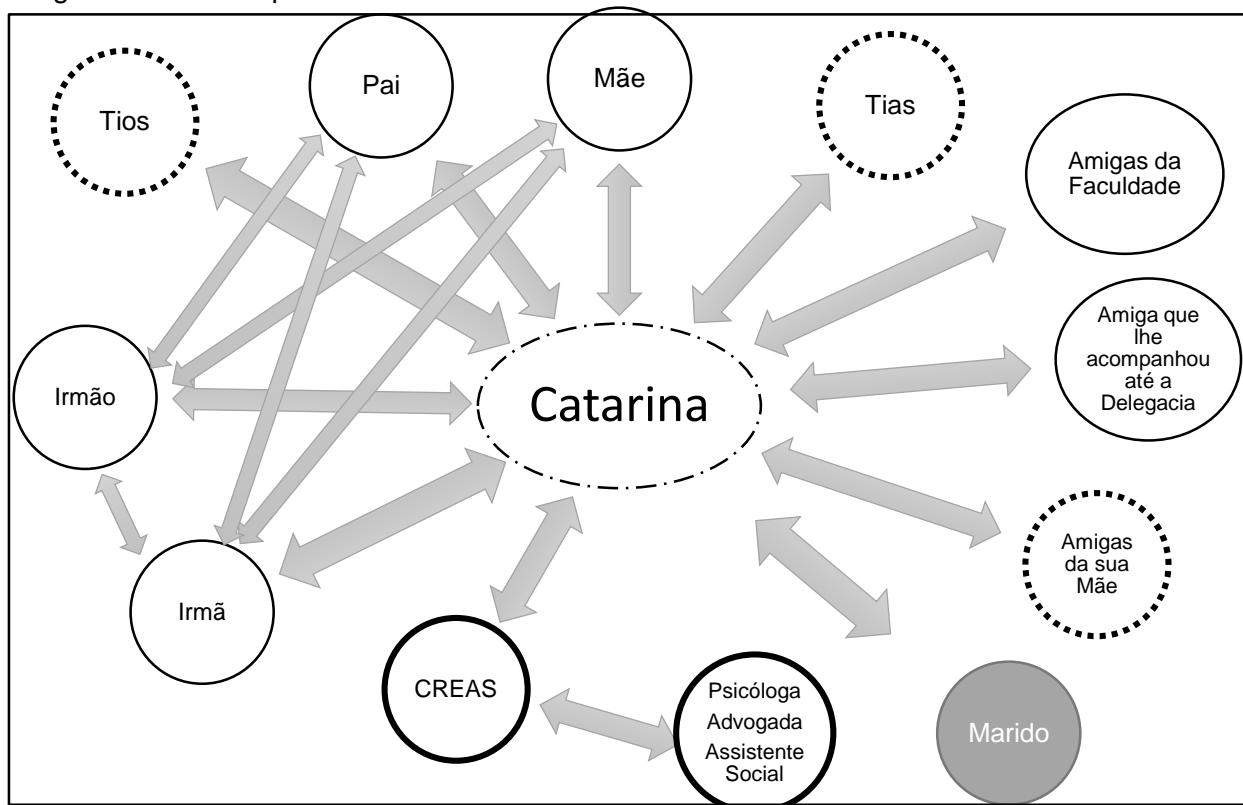
Considerando que as setas indicam as relações entre as pessoas, podemos perceber que fazem parte da rede social de Rosa: sua mãe, seu pai, as irmãs, as vizinhas e vizinhos de sua casa; suas duas filhas do primeiro casamento e seu filho mais novo, além de seus primos, os filhos do primeiro casamento de seu (ex)marido e os irmãos deste. A rede também mantém contato entre si, o ex-marido com os filhos do primeiro casamento e o filho que tem com Dona Rosa e com seus próprios irmãos. Assim como, o filho caçula tem contato com as filhas do primeiro casamento de Dona Rosa; e seu pai e sua mãe tem contato com suas irmãs. Logo, a rede configurada acima é inteiramente primária, fazendo parte apenas familiares.

Diagrama 02: Rede pessoal de Dona Joana



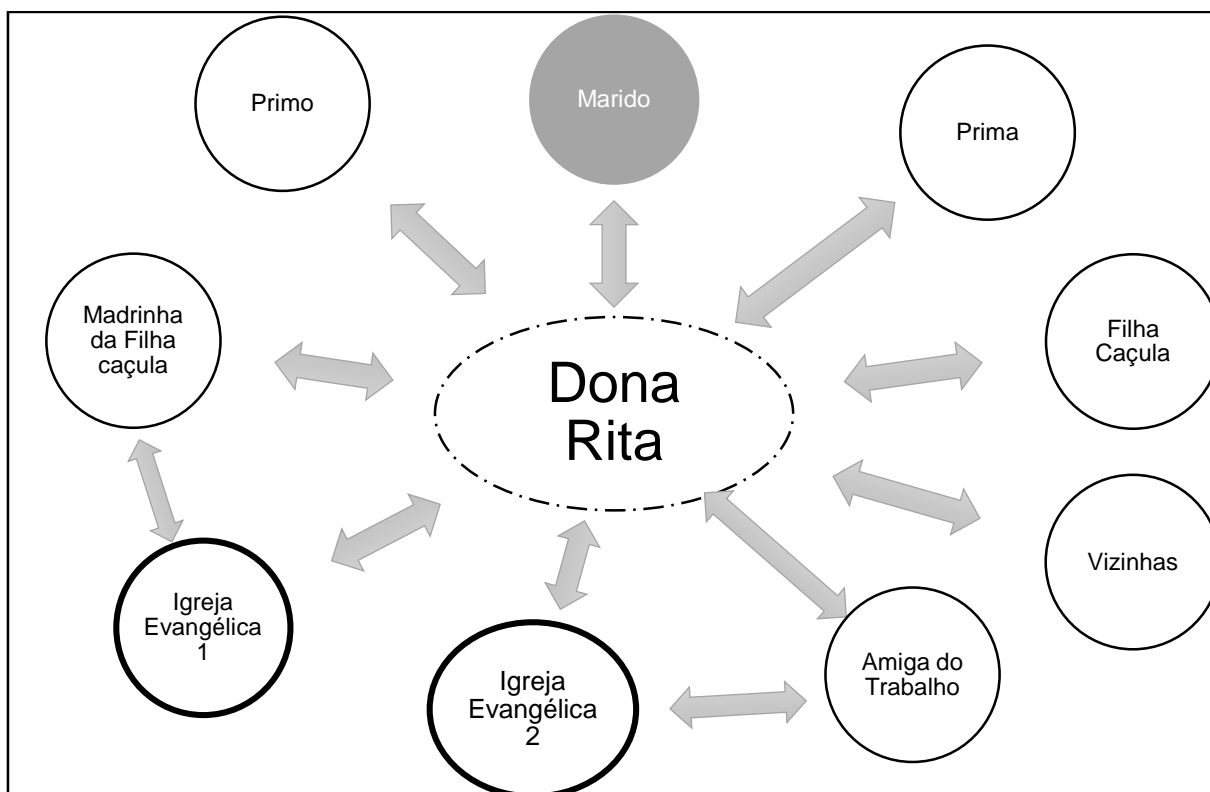
Podemos perceber que a rede de Dona Joana é constituída por seus irmãos e irmã, dois deles destacados por ela como mais presentes, um irmão de 40 anos e uma irmã de 32; por seu pai, seus filhos e filhas, ganhando um destaque a filha mais velha, uma amiga que mora em outra cidade, seus vizinhos e vizinhas, todos fazendo parte de uma rede primária. O diferencial de Dona Joana é a presença de uma rede secundária, ou institucional, constituída pela psicóloga e pela Igreja a qual frequenta. Há uma comunicação entre seus pais e seus irmãos e irmãs, e uma comunicação entre seus filhos e filhas.

Diagrama 03: Rede pessoal de Catarina



A rede de Catarina foi formada por familiares de maior importância durante a situação de violência que foram sua mãe; seu pai; seu irmão e irmã; aparecem nessa rede outros sujeitos não tão presentes, mas com os quais chegou a conversar, seus tios e tias; completando essa rede primária aparecem suas amigas de faculdade, entre elas a que lhe acompanhou até a Delegacia para fazer a denúncia, e de menor importância aparecem as amigas de sua mãe com as quais ela também conversava sobre a sua vivência. Catarina também possui uma rede secundária formada pelo CREAS que frequenta e as profissionais que nele trabalham como a Psicóloga, a Advogada e a Assistente Social que acompanharam seu caso e até hoje prestam atendimento a ela e sua filha.

Diagrama 04: Rede pessoal de Dona Rita



A rede de Dona Rita é constituída por uma rede primária formada pela sua filha caçula e a madrinha desta, sua prima e seu primo, suas vizinhas e uma amiga do trabalho. Sua rede também apresenta uma rede secundária que foi constituída através do apoio da madrinha de sua filha que a leva para a Igreja Evangélica 1, e por sua amiga de trabalho, que a encaminha para uma outra igreja, a Igreja Evangélica 2. Assim, a rede primária e secundária possuem uma conexão.

Mesmo que as quatro mulheres possuam na formação de suas respectivas redes diferentes sujeitos, podemos perceber que todas elas foram constituídas, em sua grande parcela, pela rede social primária. A família, amigas(os), vizinhas(os) e colegas são acionadas pelas mulheres no momento em que vivenciam a violência e podem a vir influenciar, de forma positiva ou negativa, na decisão tomada posteriormente. Em alguns casos, mesmo que não haja o incentivo da denúncia da agressão, as mulheres recorrem a conversas e conselhos sobre a situação vivenciada nas suas redes primárias, como um apoio emocional. Já quando as mulheres recorrem ao apoio da rede secundária ou institucional, na maioria das vezes, já acionaram a sua rede social primária, como por exemplo, Dona Rita e Dona Joana que passaram a frequentar a igreja evangélica por incentivo de suas amigas. É de extrema importância que as redes

primárias e secundárias trabalhem juntas no enfrentamento e no desvencilhamento das mulheres dos relacionamentos violentos. Assim como, é necessário o funcionamento dos aparelhos institucionais previstos por lei e a qualificação e sensibilização dos profissionais para um melhor atendimento das mulheres e de suas famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção no campo e as dificuldades enfrentadas para encontrar mulheres dispostas a dar seu depoimento a uma pessoa desconhecida e a participar de uma pesquisa universitária, fizeram-me enxergar que tratar de um tema como violência conjugal contra as mulheres ainda é um tabu. Enquanto as pessoas comentavam entre as ruas de Cachoeira e São Félix, sentadas nas pracinhas ou durante a travessia da ponte sobre a história de “fulana que tinha apanhado”, foi difícil conseguir uma mulher que participasse da entrevista. As pessoas com quem conversei me relataram diversos casos de mulheres que vivenciaram e vivenciam violência, mas por receio de se indispor com a pessoa não aceitavam intermediar o contato.

A importância de atentarmos para as redes sociais pessoais das mulheres que passaram por situações de violência é perceptível durante seus depoimentos, com a aparição de sujeitos variados que interferem em suas decisões desde a primeira agressão sofrida, até a saída do relacionamento. A formação desta rede pessoal tem como função dar apoio emocional, material, apoio de serviços, além de fazer companhia e servir de interconexão entre pessoas de redes diferentes quando necessário, conforme vimos nos depoimentos das informantes.

No capítulo anterior pudemos observar a constituição do mapa de cada rede social das quatro mulheres participantes da pesquisa. Nele é possível identificar quais sujeitos aparecem com mais frequência, em que contexto alguns aparecem e outros não, e quais acessaram as redes sociais secundárias. Antes de compararmos tais redes, é importante destacar que tais mulheres são sujeitos com experiências e histórias diferentes que envolvem um arranjo variado de categorias sociais inter-relacionadas.

Embora os estudos sobre violência conjugal e doméstica contra as mulheres apresentem em sua maioria a importância das redes de apoio institucionais propostas pela Lei Maria da Penha, como as Delegacias especializadas, os Centros de Referência Especializados, os núcleos, as casas abrigo e, toda uma rede que envolve setores de proteção e cuidado, pouco se



atenta para as redes sociais pessoais primárias as quais são as primeiras a serem acionadas em casos de violência, como foi demonstrado nas narrativas das mulheres trazidas aqui.

Não quero com isso dizer que as redes sociais institucionais, ou secundárias, criadas pela legislação vigente não são importantes, ao contrário, faz-se necessário que nossos olhares estejam voltados tanto para atuação das redes secundárias, quanto para a formação das redes primárias, como uma grande rede pessoal que é acionada quando as mulheres se encontram em um relacionamento abusivo.

Entretanto, os depoimentos indicam que as mulheres veem nas redes primárias um espaço de proteção e segurança desempenhado pela família, que vai além de figuras como a de pai, mãe, filhos e irmãs/irmãos, ao agregar parentes como primas, tios e tias, e até mesmo os vizinhos e vizinhas. Deste modo, Dona Rosa, Dona Joana e Catarina, por exemplo, só acessam as redes secundárias quando já acionaram a rede primária e receberam apoio desta para prosseguir o processo de denúncia. Em outros casos, como o de Dona Rita, mesmo acionando sua rede primária e recebendo apoio para realizar a denúncia, preferiu não recorrer à delegacia, mas acionou outra rede, que é a rede religiosa, ativada através da rede primária de apoio.

Tais redes podem apresentar contornos diferenciados a depender das intersecções vivenciadas por cada mulher. Observamos que duas redes se assemelham devido à sua constituição mais extensa, que são as redes de Dona Rosa e Dona Joana. As duas mulheres foram criadas em um espaço rural e hoje transitam também entre o meio urbano, já que os dois espaços não são muito distantes, quando observamos a realidade de Cachoeira e São Félix. O número de familiares como irmãos e filhos são maiores, e a participação e a interferência de sujeitos como vizinhos e vizinhas são corriqueiras em suas redes, ocupando então, um lugar importante. Diferentemente, as redes de Catarina e de Dona Rita, criadas em um espaço urbano, são mais curtas e os vizinhos/vizinhas não atuam como um apoio na situação de violência, apesar de haver um contato frequente.

A descrença na efetividade da Lei Maria da Penha também aparece nos depoimentos no momento em que as mulheres recorrem à delegacia para a denúncia. Apesar da referida lei propor segurança e proteção para as mulheres, a falta de equipamentos e profissionais qualificados para o atendimento causa um sentimento contrário naquelas que recorrem ao serviço em busca de ajuda. Como por exemplo, no caso de Catarina, já se passaram quatro anos desde sua denúncia na delegacia da cidade de Cachoeira e, nenhuma medida contra o ex companheiro foi tomada.

No caso de Dona Rosa, após sua última denúncia contra o ex companheiro na delegacia de São Félix, pouco tempo depois da Lei Maria da Penha ter sido outorgada, não houve nenhuma resolução. Hoje, vivendo com outro companheiro, alguns anos mais novo que ela, Dona Rosa conta que também sofre neste relacionamento, pois segundo ela, ao beber seu companheiro recorre a ataques verbais, ofendendo não só a ela mas a outras pessoas de sua família. Entretanto, quando questionada se pensava em denunciá-lo, afirmou que prefere deixar tudo em família e não envolver a polícia.

Com Dona Joana, mesmo recebendo apoio no momento da denúncia pelo promotor e delegado da cidade de São Félix, após a morte de sua advogada e do advogado de seu ex companheiro, o processo ainda caminha na justiça, diminuindo a esperança de resolução do caso e punição de seu agressor. Além do mais, Dona Joana contou que não tem mais acompanhamento psicológico, embora necessite, pois a profissional que a atendeu durante alguns meses e que aparece como uma ligação de apoio importante para sua recuperação, não mais trabalha na prefeitura da cidade depois da mudança de gestão, conforme é corriqueiro no contexto de precarização e flexibilização do trabalho, em que os profissionais são contratados temporariamente e exercem cargos comissionados enquanto durar aquela gestão. Por conseguinte, o atendimento aos usuários sofre descontinuidade, além de ser afetado pela perda de vínculo entre paciente e psicólogo, como ocorreu com Joana, que ficou sem nenhuma profissional a que recorrer.

As redes sociais pessoais aqui mapeadas foram de mulheres em sua maioria negras, com exceção de Catarina, que também foi a única com ensino superior, sendo que as demais não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Todas as mulheres são de baixa renda e como moradoras de Cachoeira e São Félix, não têm muita opção de emprego, já que o mercado de trabalho é limitado aos supermercados e a pequenos negócios. Neste contexto, as redes sociais primárias atuam também com ajuda financeira, de materiais e de serviços, havendo uma reciprocidade entre seus membros.

Analisar a atuação das redes sociais pessoais destas mulheres demonstrou o quão são importantes as relações sociais construídas fora do relacionamento afetivo, e a relevância de levar em consideração o meio e as dificuldades enfrentadas por cada mulher durante a situação de violência. Não adianta, em nossas pesquisas, isolarmos as mulheres que foram agredidas de seu contexto social e das pessoas que estão à sua volta. As redes primárias são as primeiras a serem acionadas nos momentos em que necessitam de apoio e ajuda para superar as dificuldades e enfrentar os problemas, o que as torna aliadas importantes para a ruptura das mulheres da situação de violência conjugal.

Já as redes sociais secundárias são acionadas por intermédio das redes primárias. Entretanto, quando as redes de apoio ao enfrentamento à violência doméstica propostas pela Lei Maria da Penha são pouco estruturadas ou deficitárias, como acontece na maioria das cidades interioranas, não são construídas, ocasiona uma sobrecarga aos serviços não especializados ao atendimento das mulheres, como é o caso do CREAS de Cachoeira. Além do mais, a ausência de tais redes impossibilita que as mulheres tenham um acompanhamento profissional necessário, tanto da parte médica e psicológica, quanto da parte jurídica.

Deste modo, reitero a importância de pensarmos as redes sociais pessoais no contexto da violência conjugal, não só enquanto redes institucionais, mas também, redes construídas ao longo de uma vida e que envolvem sentimentos de afeto e reciprocidade entre seus membros. Assim, para uma melhor compreensão dessa violência e uma melhor assistência às mulheres, as redes primárias e secundárias devem trabalhar em conjunto. Em suma, não se deve menosprezar a importância das redes pessoais no enfrentamento à violência doméstica e familiar, principalmente em cidades de pequeno porte como Cachoeira e São Félix, onde a rede de proteção às mulheres se mostra

ainda tão frágil. Nesses casos, a rede de solidariedade forjada entre familiares, amigos e vizinhos pode fazer a diferença entre a vida e a morte das mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Sónia Guadalupe. Programa Rede Social: Questões de Intervenção em Rede Secundária. **Interacções**, nº 5, p.67-90, 2003.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e Relações Raciais. **Estudos Feministas**, 1994, p. 203-216
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.171-204.
- BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista: o que é essa antropologia adjetivada? In: BONETTI, A.; SOUZA, Ângela Maria Freira de Lima (org.). **Gênero, Mulheres e Feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM. 2011, p.53-67.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, nº 26, janeiro-junho de 2006, p. 329-376.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: \_\_\_\_\_. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.28-58.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. SPM Brasília, 2011a. Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>.

Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Política para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013 – 2015. Brasília: SPM, 2013. Disponível em: [http://www.compromissoeatidade.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM\\_PNPM\\_2013.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf). Acesso em: 19 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para Mulheres. Rede Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM, 2011b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em: 17 de dezembro de 2015.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 320 p.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Estudos Feministas**, n. 0, p. 57-73, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p.23-62.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p.171-188, 1º semestre 2002.

CUNHA. Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nômadás**, n.26, p. 92-101, 2007.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2003.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, p. 165-211, 2008.

DUTRA, Maria de Lourdes *et al.* A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, nº 18, v. 5, p.1293-1304, 2013.

FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Periódicus**, Salvador, nº 3, v. 1, p.152-169, mai-out. 2015.

\_\_\_\_\_ ; GROSFOGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, n. 2, p.223-234, jul-dez. 2009.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GONÇALVES, Antonio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de Proteção Social na Comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. R. (org.). **Redes de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010, p.20-30.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, Brasília, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-108, 2003.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (comp.). Debates em torno a uma metodología feminista. México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero**. 2003. 376 p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JAGGAR, Alison M., Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: \_\_\_\_\_; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p.157-185.

LUGONES, María. Colonilidade y Género. *Tábula Rasa*. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul/dez 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de Gênero ou Patriarcado contemporâneo?. **Série Antropologia**, Brasília, 2000. Disponível em: < [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO\\_GeneroPatriarcado2000.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf) >

MARICONDI, Maria Angela; SOARES, Maria Luisa Pereira Ventura. Família e rede social. In: GUARÁ, Isa Maria F. R. (org.). **Redes de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010, p.71-84.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 139-170.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A.,2003.



MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In.: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘Um Discurso sobre as Ciências’ revisitado**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 667-709.

MÍES, Maria. 1998. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli (comp.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998, p. 63-102.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.61-77.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, In: Tim Ingold (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1997, p. 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões (exclusivamente para uso didático).

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**. Rio de Janeiro: n.5, p. 15-34, 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.8, n.2, p. 9-41, 2000.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará), 1994.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, Carmen Simone G.; SILVEIRA, Lenira P. da; MIRIAN, Liz Andréa L. (orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, p. 78-139, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (org.). **Los Conquistados**. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones, FLACSO, 1992, pp. 437-449.

\_\_\_\_\_. América Latina em la economia mundial. **Problemas del Desarrollo**. México: UNAM, v. XXIV, n. 95, octubre-diciembre 1993, p. 43-59.

RADCLIFFE-BROWN, A. R., **Estrutura e função na sociedade primitiva**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS. n.1. p.11-36, 2005 (1980).

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Ed. Eletrônica. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf> > Acesso em: 01 de mar. de 2015.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução Cristina Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha; Sônia Correa. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 16, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: Em Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. B. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. **Série Estudos e Ensaios**, Ciências Sociais, FLACSO-Brasil – junho, 2009.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe. In: A. O. Costa & Bruschini (orgs.), **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183 – 215.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 39-57.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios en America Latina y El Caribe**, Universidad de TelAviv, 2005.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-Circuito, Falta de Linha ou na Linha? Redes de Enfrentamento à Violência contra Mulheres em São Paulo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.2, maio-agosto 2015, p. 557 – 600.

SANTOS, Milton. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.61-100.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs.). **Família: redes, laços e Política Públicas**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p.21-36.

SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Carlos Alberto da; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e Sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, novembro de 2013, p.91-106. Disponível em <http://ras.revues.org/361> Acessado em 22 de março de 2016.

SLUZKI, Carlos E. **A Rede Social na Prática Sistêmica: alternativa terapêutica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, 146p.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudios Feministas**, Florianópolis, 12(2), p. 77-105, maio/agosto 2004.

SOARES, Barbara Musumeci. A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.5, nº 2, abr/mai/jun 2012, p.191-210.

TAVARES, Márcia Santana. Repensando a estruturação dos (pre)conceitos de gênero e etnia: um olhar sobre a condição da mulher no Brasil. **Fragmenta: revista científica**, Universidade Tiradentes. Aracaju: Gutemberg, v.5, n.7, 2005, p. 37-48.

\_\_\_\_\_. Roda de conversa entre mulheres: Denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.23, n.2, p. 547-559, maio-agosto 2015.

\_\_\_\_\_. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 121-145, jan./mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Roda de Conversa entre Mulheres: Denúncias sobre a Lei Maria da Penha e Descrença na Justiça. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2), p.547-559, maio-agosto/2015.

VIDAL, José Francisco Campos. Redes y el trabajo social. **Taula, quaderns de pensament (UIB)**, nº25-26, p.29-37, 1996.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1. Ed., Brasília, 2015.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.